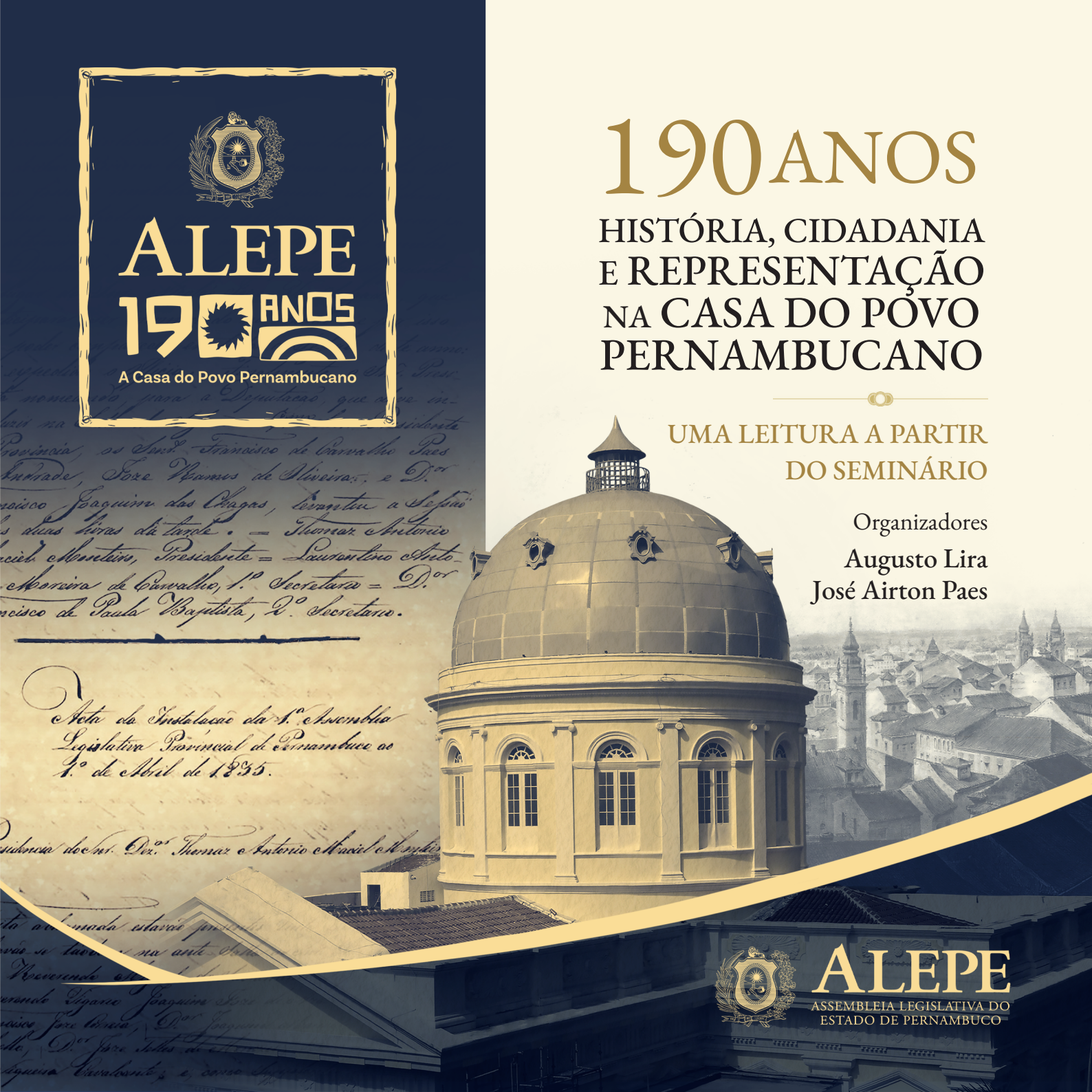
ALEPE
190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

190 ANOS

HISTÓRIA, CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO NA CASA DO POVO PERNAMBUCANO

UMA LEITURA A PARTIR DO SEMINÁRIO

Organizadores
Augusto Lira
José Airton Paes



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HAGEDORN, Friedrich
Panorama do Recife, litografia e aquarela sobre papel.
Acervo: Museu da Cidade do Recife.



ALEPE
190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

190 ANOS

HISTÓRIA, CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO NA CASA DO POVO PERNAMBUCANO

UMA LEITURA A PARTIR DO SEMINÁRIO

Organizadores
Augusto Lira
José Airton Paes

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alepe 190 anos [livro eletrônico] : história, cidadania e representação na casa do povo pernambucano : uma leitura a partir do seminário / organização Augusto Lira, José Airton Paes. -- Recife, PE : Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2026.
PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
ISBN 978-85-66177-06-0

1. Constituição 2. Direito constitucional - Brasil 3. Pernambuco - Brasil - História I. Lira, Augusto. II. Paes, José Airton.

26-396653.0 CDU-342.4(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Constituição : Direito constitucional 342.4(81)
Lívia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

FICHA TÉCNICA

TÍTULO DA OBRA
Alepe 190 Anos: História, Cidadania e Representação na Casa do Povo Pernambucano — Uma leitura a partir do Seminário

ORGANIZADORES
Augusto César Gomes de Lira
José Airton Paes dos Santos

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL
Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (SPPHLEG) - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE)

PARCERIAS INSTITUCIONAIS
Universidade de Pernambuco (UPE)
Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Augusto César Gomes de Lira

TRANSCRIÇÃO
Beatriz Barros Dantas
Maria Eduarda de Lima Nogueira
Joyce Hellem Rodrigues da Silva

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Augusto César Gomes de Lira

REVISÃO DE TEXTO
Augusto César Gomes de Lira
Bruno Souza

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Ana Beatriz Correia da Silva

ISBN
978-85-66177-06-0

ANO DE PUBLICAÇÃO
2026

NÚMERO DE PÁGINAS
114

FORMATO
E-book - Publicação digital

LICENÇA
©2025 Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Todos os direitos reservados.

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

EQUIPE ORGANIZADORA

COMISSÃO ORGANIZADORA

José Airton Paes dos Santos
Augusto César Gomes de Lira

EQUIPE DE APOIO

Aline Victoria da Silva Lucena
Amaury de Almeida Pires Falcão
Ana Carolina Accioly Rêgo Gosende
Beatriz Barros Dantas
Giulia Regina Lemos do Rêgo Barros
João Carvalho Calheiros
Joyce Hellem Rodrigues da Silva
Laís Cristinne Melo Oliveira
Maria Eduarda de Lima Nogueira
Maria Eduarda Soares Montenegro
Maria Giuliana da Silva Santos
Raíza Tenório Andrade
Raissa de Oliveira Prado
Simone de Almeida Castro Moury Fernandes
Ygor Ytaillan Gomes de Almeida

MONITORIA

Driele Manuele de Araújo Souza
Fabiana Soares da Silva
Fernando Antônio Virães
Ieda Maria Pires da Costa
João Batista da Silva
Katia da Paz Alves
Leibnitz Figueiredo de Gusmão
Marcia Maria Nascimento da Silva
Marcus Vinicius de Andrade Melo
Maria Claudia Salviano A. Aguiar
Mônica Grassano Gouveia de Melo
Paulo Sebastião de Araújo
Pedro Bezerra de Lima
Saulo Ferreira de Souza
Vilma Leão de Araújo
Wallacy da Silva Cavalcante

MESA DIRETORA

ASSEMBLEA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO 2º BIÊNIO DA 20ª LEGISLATURA

PRESIDENTE
Deputado Álvaro Porto

1º VICE-PRESIDENTE
Deputado Rodrigo Farias

2º VICE-PRESIDENTE
Deputado Aglailson Victor

1º SECRETÁRIO
Deputado Francismar

2º SECRETÁRIO
Deputado Claudiano Martins Filho

3º SECRETÁRIO
Deputado Romero Sales Filho

4º SECRETÁRIO
Deputado Izaias Regis

1º SUPLENTE
Deputado Doriel Barros

2º SUPLENTE
Deputado Henrique Queiroz Filho

3º SUPLENTE
Deputado Romero Albuquerque

4º SUPLENTE
Deputado Fabrício Ferraz

5º SUPLENTE
Deputado William Brigido

6º SUPLENTE
Deputado Joãozinho Tenório

7º SUPLENTE
Deputado Socorro Pimentel

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

PARLAMENTARES DA 20ª LEGISLATURA

Deputado Abimael Santos
Deputado Adalto Santos
Deputado Aglailson Victor
Deputado Álvaro Porto
Deputado Antônio Coelho
Deputado Antônio Moraes
Deputado Coronel Alberto Feitosa
Deputado Claudiano Martins Filho
Deputado Dani Portela
Deputado Dannilo Godoy
Deputado Débora Almeida
Deputado Delegada Gleide Ângelo
Deputado Diogo Moraes
Deputado Doriel Barros
Deputado Edson Vieira
Deputado Eriberto Filho
Deputado Fabrício Ferraz
Deputado France Hacker
Deputado Francismar Pontes
Deputado Gilmar Júnior
Deputado Gustavo Gouveia
Deputado Henrique Queiroz Filho
Deputado Izaias Regis
Deputado Jarbas Filho
Deputado Jeferson Timóteo
Deputado João de Nadegi
Deputado João Paulo
Deputado João Paulo Costa
Deputado Joãozinho Tenório
Deputado Joaquim Lira
Deputado Joel da Harpa
Deputado Junior Maturo

Deputado Kaio Maniçoba
Deputado Luciano Duque
Deputado Mario Ricardo
Deputado Nino de Enoque
Deputado Pastor Cleiton Collins
Deputado Pastor Júnior Tércio
Deputado Renato Antunes
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Romero Albuquerque
Deputado Romero Sales Filho
Deputado Rosa Amorim
Deputado Sileno Guedes
Deputado Simone Santana
Deputado Socorro Pimentel
Deputado Waldemar Borges
Deputado Wanderson Florêncio

SUPERINTENDÊNCIA DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

AUDITOR-CHEFE
Maria Gorete Pessoa de Melo

SUPERINTENDENTE DE CERIMONIAL
Cel. Francklin Bezerra Santos

CONSULTOR-GERAL DA CONSULTORIA LEGISLATIVA
Marcelo Cabral e Silva

SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
Alberes Haniery Patrício Lopes

OUVIDOR-GERAL
Deputado Pastor Cleiton Collins

OUVIDOR-EXECUTIVO
Douglas Stravos Diniz Moreno

PROCURADOR-GERAL
Dr. Hélio Lúcio Dantas da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA DIRETORA
Maurício Moura Maranhã da Fonte

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Arthur Henrique Borba da Cunha

DELEGADO-GERAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE INTELIGÊNCIA LEGISLATIVA
Ariosto Esteves

SUPERINTENDENTE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO
José Airton Paes dos Santos

COORDENADOR-CHEFE DA SUPERINTENDÊNCIA MILITAR E DE SEGURANÇA LEGISLATIVA
Cel. Ely Jobson Bezerra de Melo

SUPERINTENDENTE PARLAMENTAR
Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

SUPERINTENDENTE-GERAL
Aldemar Silva dos Santos

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
Roberto Vanderlei de Andrade

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS
Bruno da Silva Araújo Pereira

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Edécio Rodrigues de Lima

SUPERINTENDENTE DE SAÚDE E MEDICINA OCUPACIONAL
Wildy Ferreira Xavier

SUPERINTENDENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Bráulio José de Lira Clemente Torres

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

Apresentação do presidente
Dep. Álvaro Porto 12

Apresentação do 1° secretário
Dep. Francismar Pontes 14

Palavra da sessão de abertura do seminário
Dep. Mário Ricardo 16

Apresentação do superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo
José Airton Paes 18

Arquivos da memória pernambucana
Augusto Lira 20

Introdução
Lídia Rafaela 28

PALESTRA DE ABERTURA

A assembleia provincial no Brasil imperial: formação, funcionamento e significados políticos
Profa. Dra. Suzana Cavanni 40

MESA I
DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: O LEGISLATIVO PERNAMBUCANO E OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA

Câmaras, elites e representação política na formação do legislativo pernambucano
Prof. Dr. George Cabral 58

O nascimento das assembleias provinciais e sua importância para o exercício da cidadania
Prof Dr. Marcelo Casseb 68

Regência, crise política e as assembleias provinciais no Brasil Oitocentista
Prof. Dr. Marcus Carvalho

A casa do povo e suas vozes: petições, cidadania e história legislativa
Prof. Dr. Dirceu Marroquin 78

SAGAS PERNAMBUCANAS

O parlamento em novas narrativas: lançamento da 2ª temporada do podcast Sagas Pernambucanas
André Zahar 97

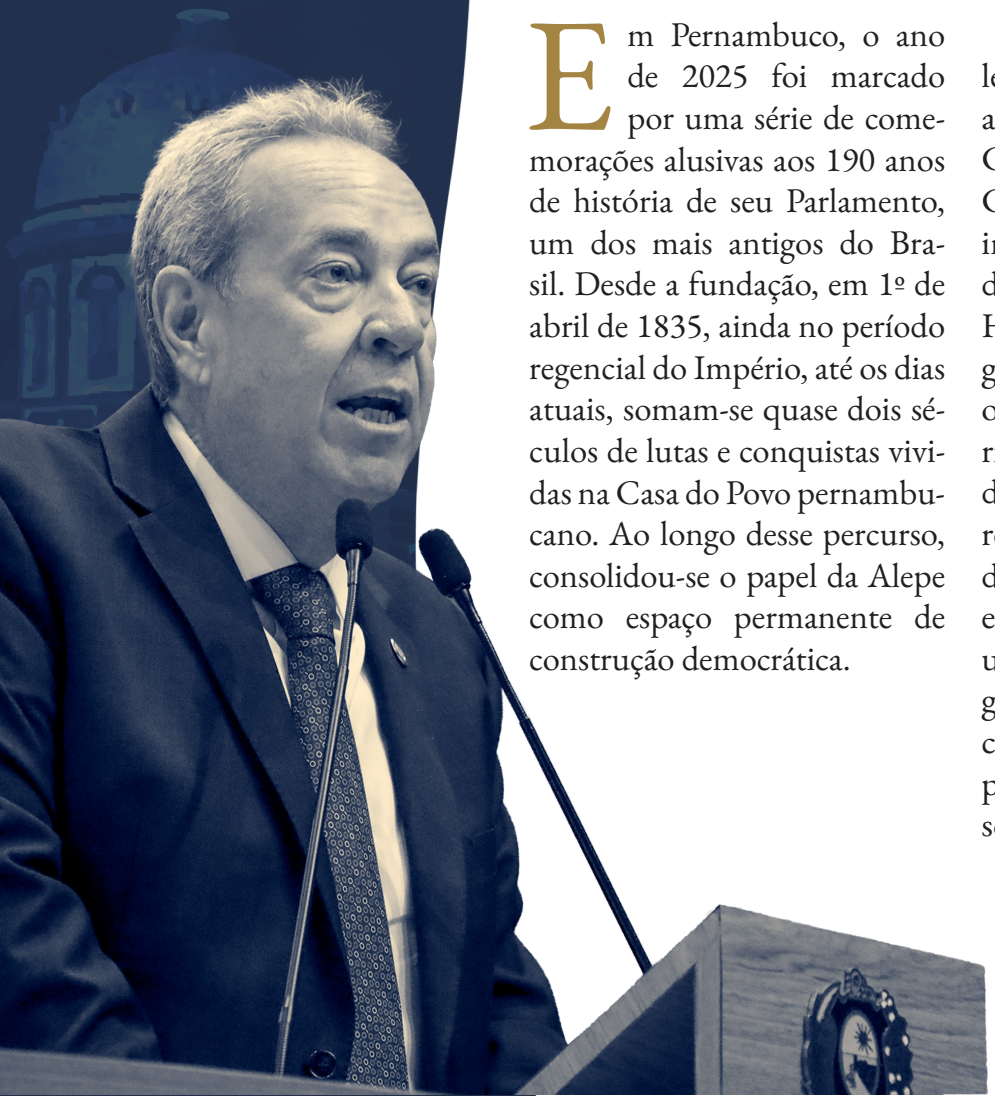
História, memória e república: fundamentos do Sagas Pernambucanas
Prof. Dr. Audenice Zacarias 104

Sobre os participantes 110



Cartão-postal da capital pernambucana. A antiga sede da Assembleia Provincial de Pernambuco, atual Palácio Joaquim Nabuco, preserva parte significativa da memória política e parlamentar do estado. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano



APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

Em Pernambuco, o ano de 2025 foi marcado por uma série de comemorações alusivas aos 190 anos de história de seu Parlamento, um dos mais antigos do Brasil. Desde a fundação, em 1º de abril de 1835, ainda no período regencial do Império, até os dias atuais, somam-se quase dois séculos de lutas e conquistas vividas na Casa do Povo pernambucano. Ao longo desse percurso, consolidou-se o papel da Alepe como espaço permanente de construção democrática.

Foi nesse espírito de celebração e reflexão que se realizou o seminário "História, Cidadania e Representação na Casa do Povo Pernambucano", iniciativa da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, órgão responsável por guardar, organizar e difundir a memória arquivística e patrimonial do Parlamento. O encontro reuniu especialistas, pesquisadores, educadores, estudantes e jornalistas da instituição em uma manhã dedicada ao diálogo e à troca de conhecimentos, com o propósito de revisitar o passado, iluminar o presente sob novas perspectivas e pro-

jetar caminhos possíveis para o futuro do Legislativo pernambucano.

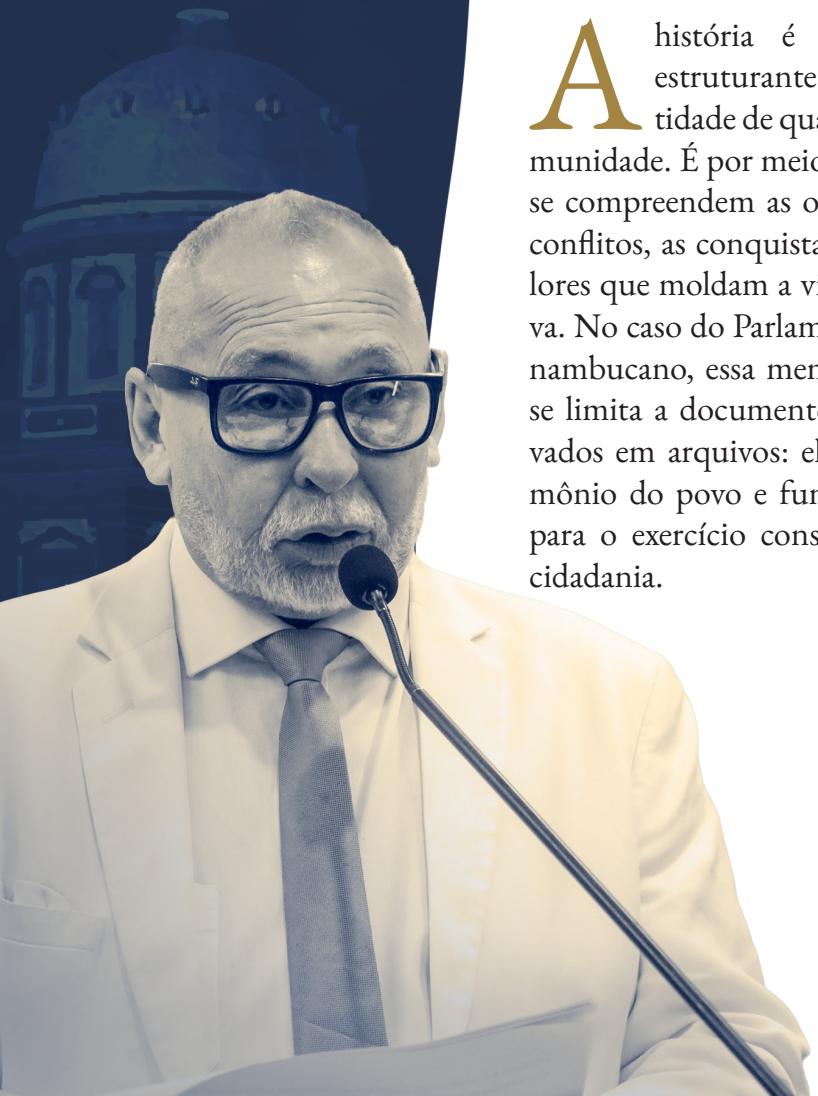
É desse ambiente de diálogo que surge este livro, concebido para registrar, organizar e ampliar o alcance das reflexões apresentadas no seminário. Ao reunir análises consistentes e plurais, a obra oferece ao leitor um panorama acessível e fundamentado da formação política, social e institucional de Pernambuco, destacando o Parlamento como espaço de mediação, produção legislativa, fiscalização e afirmação de direitos. Ao longo do evento, ficou evidente que a história legislativa, mais do que memória institucional, deve ser compreendida como patrimônio coletivo e instrumento vivo de cidadania.

Integrando a programação do Seminário, contamos com o lançamento da nova temporada do podcast Sagas Pernambucanas. Produzido pela Rádio Alepe, o programa adota linguagem envolvente e formato narrativo para recontar episódios históricos marcantes de Pernambuco, com ênfase na memória, na identidade e na política. Trata-se de uma iniciativa articulada de difusão do conhecimento, ampliação do acesso à história política do Estado e fortalecimento da identidade democrática.

Ao publicar este livro, a Assembleia Legislativa de Pernambuco reafirma que celebrar essa trajetória é reconhecer um percurso marcado por transformações, desafios e conquistas, sempre orientado pela representação popular e pelo contínuo aperfeiçoamento das instituições. Preservar essa história significa, portanto, fazer um convite permanente à reflexão sobre o papel do Legislativo na construção de uma sociedade cada vez mais justa e participativa.

Deputado Álvaro Porto

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano



APRESENTAÇÃO DO 1º SECRETÁRIO

A história é elemento estruturante da identidade de qualquer comunidade. É por meio dela que se compreendem as origens, os conflitos, as conquistas e os valores que moldam a vida coletiva. No caso do Parlamento pernambucano, essa memória não se limita a documentos preservados em arquivos: ela é patrimônio do povo e fundamento para o exercício consciente da cidadania.

Por isso, a Assembleia Legislativa de Pernambuco tem assumido o compromisso permanente de preservar, organizar e difundir seu acervo histórico, fazendo com que o passado ultrapasse os limites institucionais e alcance a sociedade, sua legítima destinatária.

Foi nesse horizonte que promovemos o seminário “História, Cidadania e Representação na Casa do Povo Pernambucano”, concebido como espaço de encontro entre estudiosos e a sociedade pernambucana. Ao reunir pesquisadores, educadores, estudantes e cidadãos interessados na trajetória política do Estado, o evento reafirmou

a importância do diálogo qualificado como instrumento de fortalecimento democrático.

Mais do que revisitar datas e acontecimentos, o seminário propôs refletir sobre o passado do Parlamento como aporte para pensar o seu papel no presente. Ao examinar quase dois séculos de experiências legislativas, debates públicos e transformações institucionais, buscamos compreender como essa herança pode iluminar os desafios contemporâneos e contribuir para o aprimoramento contínuo da representação popular.

Ao registrar e difundir as reflexões ali desenvolvidas, conseguimos mostrar que o conhecimento histórico é indispensável para reconhecer os processos que moldaram nossa vida pública e compreender que a cidadania se constrói, continuamente, a partir da participação e do compromisso com o bem comum.

Deputado Francismar Pontes

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano



PALAVRA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO

A celebração dos 190 anos da Assembleia Legislativa de Pernambuco representa uma oportunidade singular para refletirmos sobre a trajetória de uma das mais antigas Casas Legislativas do Brasil e sobre sua contribuição para a construção da vida política, institucional e democrática de nosso Estado.

Com esse propósito, a Alepe promoveu este seminário reunindo pesquisadores, professores, estudantes e representantes de instituições de ensino superior em torno do estudo da história política pernambucana e do papel desempenhado pelo Parlamento ao longo de quase dois séculos de existência. A presença de estudantes, docentes e coordenadores das faculdades Facol e Uninassau reafirmou a importância do diálogo entre o Poder Legislativo e as instituições de ensino e pesquisa, fortalecendo os laços entre a produção do conhecimento e a vida pública.

O encontro contou com a valiosa participação de estudiosos que se dedicam à compreensão da história de Pernambuco e do Brasil. Registramos, assim, o reconhecimento à professora doutora Susana Cavani, responsável pela conferência de abertura; aos professores George Ca-

bral, Marcos Carvalho, Marcelo Casseb e Dirceu Marroquim, integrantes da mesa "Do Império à República: o Legislativo pernambucano e os caminhos da cidadania"; à professora doutora Lídia Rafaela, mediadora dos debates; e à professora doutora Audenice Alves, participante do lançamento do podcast Sagas Pernambucanas.

Cabe registrar, igualmente, o reconhecimento a todos os profissionais que constroem diariamente a vida institucional da Assembleia Legislativa de Pernambuco por meio de suas diversas superintendências, gerências, coordenações e setores administrativos. São servidores que, muitas vezes longe dos holofotes, garantem o funcionamento desta Casa e a continuidade de sua missão pública. De modo especial, destacamos aqueles diretamente envolvidos na realização deste seminário, vinculados à Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (SPPHLEG), à Escola do Legislativo de Pernambuco, à Superintendência de Comunicação Social (SCOM) e ao Cerimonial da Alepe, cujo trabalho, dedicação e compromisso tornaram possível a concretização desta iniciativa comemorativa dos 190 anos do Parlamento pernambucano.

Ao longo de sua história, a Assembleia Legislativa acompanhou transformações profundas da sociedade pernambucana, participando dos debates e decisões que marcaram diferentes momentos da vida estadual e nacional. Preservar essa memória e incentivar sua reflexão constitui um compromisso institucional que se renova a cada geração.

As atividades aqui registradas, assim como o lançamento do podcast Sagas Pernambucanas, demonstram a busca permanente por novas formas de interpretar e compartilhar a história do Parlamento pernambucano, ampliando o acesso da sociedade ao conhecimento sobre sua própria trajetória.

Que este seminário contribua para fortalecer o interesse pela história política de Pernambuco, estimular novas pesquisas e reafirmar a importância da memória pública como instrumento de compreensão do presente e construção do futuro.

Deputado Mário Ricardo

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano



APRESENTAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

Em 1º de abril de 1835, em pleno período regencial, era instalada a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco. O Brasil ainda consolidava suas instituições, e o Parlamento pernambucano surgia como espaço de debate, mediação e construção normativa em meio às tensões de seu tempo.

Desde então, atravessando Império e República, regimes democráticos e períodos de exceção, a Assembleia acompanhou e participou das grandes transformações políticas e sociais do Estado e do país, constituindo ao longo desse percurso um patrimônio histórico documental de ampla relevância.

É missão da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo assegurar que essa memória seja devidamente guardada, tratada e, sobretudo, compartilhada. Preservar é também difundir,

criar pontes entreo passado e o público contemporâneo, transformando arquivos em instrumentos de pesquisa, formação e cidadania.

O seminário que deu origem a esta publicação integra esse mesmo movimento de abertura e diálogo. Ao reunir professores, pesquisadores, estudantes e cidadãos interessados, ampliou o acesso ao conhecimento histórico e fortaleceu a reflexão coletiva sobre o papel do Legislativo na vida pública.

Agradeço ao presidente da Assembleia, deputado Álvaro Porto, ao primeiro-secretário, deputado Francismar Borges, e a todos os parlamentares da atual legislatura pelo apoio às iniciativas de preservação da memória institucional. Registro também meu reconhecimento ao deputado Mário Ricardo, presente na sessão de abertura do seminário, às Superintendências de Cerimonial, da Elepe e da SCOM, às equipes técnicas envolvidas, aos estagiários e à dedicada equipe da SPPHLEG, bem como aos professores doutores e doutoras que compartilharam seus estudos, aos estudantes e ao público que participou do evento.

A preservação da memória legislativa, contudo, não se encerra na guarda de documentos ou na organização de acervos. Ela se completa quando esse patrimônio encontra pesquisadores, estudantes e cidadãos, tornando-se acessível e capaz de produzir novos conhecimentos. É nessa perspectiva que a SPPHLEG compreende sua missão: cuidar da memória para que ela permaneça viva, disponível e integrada à sociedade a qual pertence.

José Airton Paes[1]

ARQUIVOS DA MEMÓRIA PERNAMBUCANA



Ex-voto da Batalha dos Guararapes (1758), óleo sobre tela.
Acervo: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

> *“Todo arquivo nasce, de certo modo, desse mesmo gesto: impedir que o tempo dissolva a experiência humana.”*

Augusto Lira[2]

No livro Cem Anos de Solidão, do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez, os habitantes de Macondo são atingidos por uma estranha peste que lhes rouba a memória. Para resistir ao esquecimento, passam a etiquetar objetos, registrar nomes e escrever funções, numa tentativa de preservar os sentidos do mundo. Todo arquivo nasce, de certo modo, desse mesmo gesto: impedir que o tempo dissolva a experiência humana.

É possível que, no dia 1º de abril de 1835, quando o Sr. Manoel de Carvalho, então presidente da província de Pernambuco, pronunciou seu discurso de instalação da Assembleia Provincial diante dos deputados eleitos e do público presente, não houvesse a perspectiva de que aquele gesto inaugural atravessaria quase duzentos anos de história e se consolidaria como um marco importante na construção da história política do Estado. Pois o Parlamento pernambucano atravessou o Período Regencial, o Segundo Reinado, a Primeira República, a Era Vargas, o Estado Novo, o Período Democrático iniciado em 1946, a Ditadura Militar e a Nova República, permanecendo como testemunha e agente das transformações políticas do Estado e do Brasil ao longo dos anos. Em cada uma dessas fases a Assembleia lidou com questões fundamentais que marcaram cada época: instrução pública e reformas urbanas; abolicionismo e sufrágio feminino;

arte, cultura e lazer; religiosidade; em suma, um amplo repertório social da política vivida em Pernambuco. Os registros materiais que apontam para essa rica experiência estão sob os cuidados da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo Pernambucano (SPPHLEG) e compõem o acervo permanente da Alepe. Falo de documentos diversos do passado, como o mobiliário, obras de arte e, claro, do Museu Palácio Joaquim Nabuco que neste momento passa por um processo de restauração e em breve estará disponível como equipamento cultural de excelência para o público. Para nossa reflexão me aterei aos documentos preservados no arquivo histórico dessa Superintendência, sob os quais, um importante trabalho vem sendo realizado. Semelhante aos habitantes de Macondo, existe hoje uma tentativa de preservar os sentidos do mundo contido nesse acervo.

Os arquivos históricos são organizações criadas para preservar documentos do passado que guardam informações sobre pessoas, grupos e instituições. Sua importância reside no fato de que a memória humana, sozinha, não consegue reconstituir os acontecimentos exatamente como ocorreram. Como observou o sociólogo Maurice Halbwachs, lembramos sempre com o apoio dos chamados "quadros sociais da memória", isto é, estruturas coletivas como a família, a escola, o trabalho e até a própria língua, que sustentam e organizam nossas recordações. Ainda assim, toda lembrança é uma reconstrução do passado feita a partir das experiências do presente. O indivíduo recorda situado em uma rede de memórias compartilhadas, ligadas à trajetória de seus grupos sociais. Por isso, a memória, embora fundamental, não basta para compreendermos o passado. É nesse ponto que a história assume um papel decisivo.

Diferente da memória, a história constitui uma operação intelectual e crítica. Ela recorre a um amplo conjunto de documentos e registros preservados ao longo do tempo para produzir narrativas capazes de explicar, interpretar e colocar em perspectiva as experiências humanas. Os arquivos tornam isso possível: são eles que preservam os vestígios das continuidades, rupturas e transformações da vida social, permitindo que o passado seja investigado para além das lembranças individuais e coletivas.

No caso do Arquivo Histórico da Alepe, a documentação possui uma grande variedade de tipologias, formatos e suportes; temporalidades. Cada item corresponde a diplomática e a razão social da instituição legislativa diante dos mais diversos contextos históricos.

Para se ter uma ideia da importância deste acervo, saiba, leitor, que somente do período do Império do Brasil estão preservados 2.428 autógrafos de leis manuscritos em papel de trapo, escritos em tinta ferrogálica e marcados por selos imperiais ou sinetes em relevo. Esses documentos guardam as respostas do poder legislativo aos debates públicos que movimentaram Pernambuco durante o tempo dos imperadores.

Ao redor desse núcleo documental encontram-se outros conjuntos igualmente importantes: atas das sessões plenárias; projetos de lei encaminhados à Mesa Diretora e analisados pelas comissões; ofícios recebidos e expedidos entre a Assembleia e diferentes repartições públicas de Pernambuco, do Brasil e até do exterior; além de mapas e plantas arquitetônicas anexados a propostas técnicas enviadas à Casa. Esses documentos apontam para aquilo que alguns historiadores definem como Política Formal: a política produzida no interior das instituições do Estado, responsável pela elaboração, publicação

e execução das leis e decisões administrativas. São registros que revelam o funcionamento da máquina pública, os debates legislativos, as disputas de poder e os mecanismos através dos quais o Estado organizava a vida política e administrativa da província.

Existem também documentos situados em outra ordem de relevância histórica: aqueles que não foram produzidos diretamente no interior da Política Formal, mas que buscavam dialogar com ela. São petições, requerimentos e abaixo-assinados por meio dos quais diferentes pessoas e grupos da população recorriam ao Legislativo para apresentar demandas, denunciar problemas, solicitar direitos ou reivindicar justiça.

Esses documentos revelam uma política vivida e experimentada no cotidiano, permitindo perceber como cidadãos, associações, comerciantes, trabalhadores e autoridades locais tentaram intervir nas decisões do poder público a partir das regras institucionais existentes. Se os autógrafos de leis e atas mostram a política produzida pelo Estado, as petições e requerimentos permitem enxergar a maneira como a sociedade buscava acessar, tencionar e participar dessa mesma estrutura de poder.

O século XX, que o historiador Eric Hobsbawm denominou de "Era dos Extremos", foi também um período de rupturas institucionais profundas. Em Pernambuco, o parlamento teve suas atividades interrompidas em dois momentos distintos: durante as ditaduras do Estado Novo e do regime militar. A ausência de documentação produzida nesses períodos revela que o silêncio dos arquivos também possui significado histórico. Em muitos casos, aquilo que não foi produzido, preservado ou permitido registrar ajuda a compreender os limites impostos à vida democrática e ao funcionamento das instituições políticas.

Mas esse foi também o século das grandes transformações. As cidades foram reformuladas, os meios de transporte se modernizaram e novas formas de viver, circular, consumir cultura e experimentar o cotidiano passaram a marcar a vida urbana. O bonde cedeu lugar aos ônibus; ruas foram alargadas e asfaltadas para a passagem dos automóveis; o avião consolidou-se como principal meio das viagens de longa distância, substituindo gradualmente as antigas rotas marítimas; o cinema falado tomou o lugar do silencioso; e a fotografia instantânea difundiu-se como campo profissional autônomo e como uma nova maneira de registrar e se apropriar do tempo.

Todas essas transformações deixaram marcas significativas no acervo da Assembleia Legislativa de Pernambuco, agora inserida sob a legitimidade política da República. Nos documentos preservados pela instituição é possível acompanhar como os debates sobre modernização urbana, transportes, cultura e vida cotidiana atravessaram a atuação do poder público e a experiência social em Pernambuco.

O que se pretende demonstrar é que a pluralidade tipológica dessa documentação, assim como sua continuidade ao longo do tempo, permite reinterpretar constantemente o passado. Isso pode ser feito tanto pelo viés das personalidades políticas e de suas atuações no Parlamento quanto pela perspectiva da população (muitas vezes anônima) que também deixou suas marcas nos arquivos do Legislativo, ainda que sem a intenção consciente de torná-las memória material de um tempo.

É sob essa perspectiva que a Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo vem desenvolvendo, no Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de Pernambuco, um amplo trabalho de

organização, catalogação e acondicionamento documental. A iniciativa inclui ainda a elaboração de inventários e planilhas eletrônicas com metadados, fundamentais para a futura implementação de um sistema de gerenciamento de dados com suporte tecnológico especializado. O plano é ampliar as possibilidades de acesso, pesquisa e interpretação do acervo, garantindo melhores condições para a conservação da memória institucional (através da produção de fac-símile digital para evitar o manuseio recorrente desses documentos) e da história política e social de Pernambuco.

O Arquivo Histórico da Alepe é um patrimônio coletivo e instrumento de cidadania porque os documentos nele preservados não pertencem apenas à instituição que os guarda, mas à sociedade que produziu, viveu e foi afetada pelos acontecimentos registrados nesses materiais. Conhecer esses documentos do passado amplia a capacidade da sociedade de interpretar criticamente o presente, fiscalizar as instituições públicas e participar da construção da memória coletiva.

Esse livro, que reúne parte das reflexões apresentadas no Seminário "ALEPE 190 ANOS: História, Cidadania e Representação na Casa do Povo Pernambucano", parte da compreensão de que o trabalho de organização, preservação e difusão da documentação histórica da Casa Legislativa ultrapassa a simples guarda documental. Trata-se de uma ação que fortalece a transparência pública, a consciência histórica, a democracia e a justiça social. Afinal, não há sociedade sem memória e, neste sentido, não há história sem os vestígios que ela preserva de si mesma.

Termo de Assentamento da Pedra Fundamental do Paço da Assembléia Provincial de Pernambuco

No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta, quadragessimo nono da Independencia e do Imperio do Brasil, aos dois dias do mez de Dezembro, dia do Anniversario do feliz natalicio do Senhor Dom Pedro II, pelas cinco e meia horas da tarde no terreno situado a Rua da Aurora, e limitado ao norte pelo Gymnasio Provincial, ao sul por uma travessa, ao poente pela Rua da União, e pelo lado do l'este com a Rua da Aurora da Freguezia da Bôa - Vista, d'esta Cidade do Recife, Capital d'esta Provincia de Pernambuco, vieram o [illegible] ogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, Presidente [illegible] Marechal de Campo, Barão de S. Borja, [illegible] Reverendissimo Senhor Vigario Capitular, Conego João Chrysostomo de Paiva, Governador do Bispado; Excellentissimo Senhor Senador Visconde de Camaragibe, Vereadores, Deputados geraes e provinciaes, o Illustrissimo Senr. Dr. Chefe de Policia, Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, Ex.mo

Termo de assentamento da pedra fundamental do Paço da Assembleia Provincial de Pernambuco. Acervo: Museu Virtual da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

INTRODUÇÃO

Lídia Rafaela[3]

A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) celebrou, em 2025, o marco histórico de 190 anos de fundação. Mais do que uma efeméride institucional, a data representou uma oportunidade de revisitar criticamente a trajetória da chamada "Casa do Povo", compreendendo-a como espaço central da formação política pernambucana e brasileira.

A história da Alepe não pode ser compreendida apenas como uma su-

> *"A voz do povo pernambucano, escrita nos debates parlamentares, nos arquivos institucionais e nas múltiplas formas de participação política, continua ecoando como parte fundamental da história."*

cessão de legislaturas, reformas administrativas ou produção de leis. Trata-se da trajetória de uma instituição profundamente vinculada às tensões que atravessaram a construção do Estado nacional brasileiro desde a Independência. Sua formação esteve diretamente ligada aos debates em torno da autonomia provincial, às disputas entre centralização e federalismo, aos limites da representação política no Império e às contradições de uma sociedade profundamente marcada pela escravidão e pela desigualdade. Ao longo de quase dois séculos, a Assembleia acompanhou mudanças de regime político, disputas entre projetos de poder, transformações nas formas de representação e conflitos em torno da cidadania, tornando-se um dos importantes palcos da vida pública pernambucana.

Foi nesse contexto que se realizou o seminário "Alepe 190 Anos: História, Cidadania e Representação na Casa do Povo Pernambucano", reunindo historiadores, juristas e comunicadores em torno de um debate que ultrapassava os limites da celebração institucional. A proposta do encontro consistiu em refletir sobre o Legislativo pernambucano como objeto histórico, articulando memória institucional, historiografia e análise crítica da formação política brasileira. Esta obra nasce desse encontro, registrando reflexões que evidenciam a Assembleia Legislativa de Pernambuco não apenas como uma estrutura normativa, mas como um espaço de disputas, negociações, tensões sociais e construção de projetos de sociedade.

No confronto permanente entre memória e esquecimento, a Assembleia Legislativa de Pernambuco permanece como espaço privilegiado para compreender os desafios históricos da representação política e da cidadania no Brasil. A instituição volta seu olhar para o passado não apenas para reverenciar sua permanência histó-

rica, mas também para compreender criticamente os conflitos e ambiguidades que moldaram sua trajetória. Essa perspectiva permite romper com leituras exclusivamente comemorativas, evidenciando a Alepe como espaço de encontro entre diferentes projetos políticos, alguns voltados para a ampliação da participação e da cidadania, outros comprometidos com a preservação das hierarquias sociais e das estruturas tradicionais de poder.

A voz do povo pernambucano, inscrita nos debates parlamentares, nos arquivos institucionais e nas múltiplas formas de participação política, continua ecoando como parte fundamental da história brasileira. Entre petições, debates parlamentares, conflitos sociais, disputas oligárquicas e reivindicações populares, a "Casa do Povo" chega aos seus 190 anos demonstrando que a história da democracia brasileira também se constrói a partir das experiências políticas vividas nas províncias e nos estados.

A fundação da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco está diretamente relacionada às transformações institucionais ocorridas durante o período regencial do Império. A Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I após o fechamento da Assembleia Constituinte, consolidou uma estrutura fortemente centralizadora. A insatisfação das elites provinciais com os limites impostos pela centralização política tornou-se um dos principais elementos de tensão do período pós-independência.

Foi somente com o Ato Adicional de 1834 que o Império brasileiro promoveu uma reforma significativa em sua organização institucional. A emenda constitucional alterou profundamente a estrutura administrativa do Estado transformando os antigos Conselhos Gerais em órgãos legislativos dotados de maior capacidade deliberativa, criando as Assembleias Legislativas Provinciais e ampliando as competências locais em

áreas como tributação, instrução pública, obras, fiscalização de despesas e administração provincial.

Ao mesmo tempo em que a Assembleia Provincial surgia como símbolo do fortalecimento da autonomia local e da ampliação dos espaços de representação política, ela também expressava os limites sociais da cidadania oitocentista brasileira. A ampliação das competências provinciais não significava democratização efetiva da vida política, mas frequentemente a reorganização das formas de poder das elites locais no interior da nova ordem imperial. Entre discursos liberais, disputas parlamentares e projetos de autonomia provincial, persistiam estruturas de dominação que condicionam quem exercia plenamente a cidadania e quem permanecia à margem da ordem política imperial.

Esse espaço de poder local esteve longe de representar uma autonomia plena. O funcionamento desses órgãos permaneceu marcado por constantes tensões com o poder central. Limitações financeiras, interferências administrativas, disputas entre liberais e conservadores e sucessivos episódios de instabilidade política restringiam o alcance efetivo da autonomia provincial. Ainda que limitadas em diversos aspectos e frequentemente submetidas às intervenções do governo central, essas instituições inauguraram novas experiências de representação política provincial

Em Pernambuco, província marcada por forte tradição autonomista e por sucessivos movimentos de contestação ao poder central, as críticas ao modelo político imperial assumiram grande intensidade. Essas tensões tornavam-se ainda mais evidentes diante da tradição local de contestação política e dos conflitos que marcaram o período regencial, fazendo da Assembleia um espaço simultaneamente de negociação institucional e de intensas disputas sobre os limites do poder provincial.

A Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco foi instalada formalmente em 1º de abril de 1835, em um cenário geopolítico saturado por conflitos armados, sublevações populares e severas disputas em torno da própria legitimidade da autoridade do Estado imperial. Manoel de Carvalho Paes de Andrade, no discurso de abertura da primeira sessão legislativa, proferido em um ambiente de intensa solenidade, ressaltava com altivez que aquele momento histórico "marca uma nova época de glória nos fastos de Pernambuco". No entanto, a retórica grandiloquente não conseguia ocultar a vulnerabilidade da ordem: o próprio discurso reconhecia que os trabalhos parlamentares se iniciavam "no meio de perturbações e transtornos da ordem pública", fazendo referência direta e temerosa às agitações que assolavam as localidades de Panelas e Jacuípe. (Diário de Pernambuco 6/4/1835). Em meio a esse cenário de instabilidade, a nova instituição buscava afirmar publicamente sua legitimidade política e consolidar simbolicamente sua posição como representante da autonomia provincial.

A primeira lei provincial pernambucana, assinada em maio de 1835 pelo presidente da Assembleia, Thomaz Antônio Maciel Monteiro, determinava que o dia 1º de abril fosse celebrado como aniversário da primeira representação provincial, devendo ser comemorado com embandeiramentos e salvas nas fortalezas e embarcações de guerra. O fato de uma das primeiras iniciativas do novo poder legislativo provincial consistir justamente na criação de uma celebração pública de sua instalação evidencia a importância simbólica atribuída à Assembleia desde seus momentos inaugurais. Mais do que um gesto protocolar, tratava-se da construção de uma memória política para a nova instituição, apresentada como marco da autonomia provincial e da consolidação de uma nova experiência de representação política no Império brasileiro.

Ao mesmo tempo em que representava um avanço institucional no campo da representação provincial, a Assembleia Legislativa de Pernambuco nasceu profundamente vinculada às estruturas sociais de uma sociedade escravista. A atividade açucareira, os negócios ligados ao porto do Recife e o tráfico atlântico de escravizados encontravam-se profundamente articulados ao exercício do mandato legislativo, garantindo que a nova "Casa do Povo" nascesse vinculada aos interesses de uma elite proprietária e conservadora. Embora simbolizasse a ampliação da autonomia provincial no contexto do Império, a Alepe foi também um espaço de consolidação de linhagens políticas cujas raízes coloniais continuaram a ditar o ritmo e o tom dos debates públicos em Pernambuco ao longo do século XIX.

A composição da primeira legislatura evidencia essas permanências. Grandes proprietários, comerciantes e membros das tradicionais famílias pernambucanas migraram das antigas câmaras municipais coloniais para o novo espaço legislativo provincial. As redes de parentesco, as alianças econômicas e os mecanismos de influência construídos desde o período colonial continuaram estruturando o exercício do poder político ao longo do século XIX.

Pensar a história da Assembleia Legislativa de Pernambuco exige compreender simultaneamente seus avanços institucionais e suas profundas contradições sociais. Entre discursos liberais e projetos de autonomia provincial, persistiam formas de exclusão que limitavam drasticamente o acesso à cidadania. A ampliação da representação política não significava inclusão plena da população nas decisões públicas.

A historiografia recente tem demonstrado a importância de analisar os legislativos provinciais para além de sua dimensão estritamente jurídi-

ca ou administrativa. Nesse sentido, essa obra propõe compreender a Alepe como um organismo social vivo, onde se cruzam política, cultura, cidadania e experiências cotidianas de negociação com o poder público. O Legislativo aparece aqui não apenas como espaço de produção normativa, mas como arena de disputas e mediações sociais.

Essa perspectiva ganha especial relevância quando observamos o amplo conjunto de petições preservadas no acervo da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Se as leis são a face oficial do Parlamento, as petições constituem sua alma social, revelando experiências concretas de acesso ao Estado, reivindicação de direitos, conflitos urbanos, disputas econômicas e formas de participação política construídas por diferentes sujeitos históricos. As petições mostram que amplos setores da população reconheciam o Legislativo como espaço legítimo de interlocução com o poder público.

A coletânea aqui apresentada busca justamente explorar essas múltiplas dimensões da história da Alepe. Os textos reunidos no volume dialogam entre si ao analisar a Assembleia Legislativa de Pernambuco como espaço de representação, disputa política, construção de cidadania e reprodução das desigualdades sociais que atravessaram a história brasileira.

O debate é aberto pelo texto da professora Suzana Cavani, que estabelece o alicerce histórico da obra ao analisar a criação das Assembleias Provinciais e as tensões em torno da autonomia provincial no contexto regencial. Sua reflexão evidencia os conflitos entre centralização monárquica e projetos federalistas, além de discutir as competências administrativas e tributárias atribuídas aos legislativos provinciais pelo Ato Adicional de 1834.

Ao examinar o funcionamento institucional das Assembleias Provin-

ciais, Cavani demonstra como esses órgãos se tornaram espaços fundamentais de negociação política e administração local. Sua análise também destaca a importância do direito de petição como mecanismo de interlocução entre população e Estado, evidenciando formas de participação política frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional.

A dimensão das elites políticas pernambucanas é aprofundada no texto de George Cabral, que investiga a composição social da primeira legislatura provincial a partir de um estudo prosopográfico das famílias ligadas às câmaras municipais coloniais. O autor demonstra como os chamados "homens bons" do período colonial migraram para os novos espaços de poder criados após a Independência, preservando redes familiares, alianças econômicas e mecanismos de influência que atravessaram gerações.

Marcelo Casseb situa a Assembleia Legislativa Provincial dentro do complexo arranjo institucional construído após a Independência do Brasil. Seu texto evidencia as competências atribuídas ao Legislativo na Constituição de 1824 e os avanços conquistados pelas províncias com o Ato Adicional de 1834, destacando o parlamento oitocentista como espaço privilegiado de garantia das liberdades civis e mediação política.

As profundas contradições da sociedade imperial brasileira são discutidas por Marcus Carvalho, que direciona sua análise para as tensões do período regencial e para a centralidade do tráfico atlântico de escravizados na economia e na política pernambucana. O autor desmonta interpretações idealizadas da monarquia brasileira ao demonstrar como importantes figuras ligadas ao tráfico participavam diretamente das estruturas de poder provincial.

Sua reflexão evidencia que a história da Assembleia Legislativa de Pernambuco não pode ser dissociada das estruturas escravistas que sustentavam a sociedade oitocentista. Entre discursos liberais e projetos de representação política, persistiram formas violentas de exploração e exclusão social que condicionavam profundamente os limites da cidadania imperial.

A dimensão concreta da relação entre população e poder legislativo ganha densidade no trabalho de Dirceu Marroquim, dedicado ao estudo das petições preservadas no acervo da Alepe. O autor demonstra como esses documentos permitem compreender experiências cotidianas de acesso ao Estado, negociação política e reivindicação de direitos.

As petições analisadas por Marroquim revelam uma sociedade que percebia o Legislativo como espaço legítimo de escuta e mediação. Ao mesmo tempo, evidenciam os caminhos complexos percorridos pelos indivíduos na tentativa de acessar recursos públicos, resolver conflitos ou obter reconhecimento institucional. A Assembleia aparece, assim, como espaço de aprendizado político e exercício cotidiano da cidadania.

A coletânea também incorpora reflexões sobre novas formas de difusão da memória histórica. André Zahar escreve sobre o processo de criação do podcast Sagas Pernambucanas, iniciativa voltada à divulgação da história política e social de Pernambuco por meio de uma linguagem narrativa acessível e imersiva.

Mais do que um produto de comunicação institucional, o podcast reafirma o papel da Assembleia Legislativa de Pernambuco na preservação e democratização do conhecimento histórico. Ao combinar entrevistas, dramatizações, documentação histórica e recursos sonoros, o projeto

aproxima o público dos grandes conflitos e personagens da história pernambucana, transformando a escuta em instrumento de reflexão crítica sobre a formação política do estado.

Encerrando a obra, Audenice Zacarias analisa a transição para a República em Pernambuco a partir das disputas oligárquicas, da violência política e das tensões sociais que marcaram o início do novo regime. Seu texto evidencia o protagonismo da Alepe nas disputas políticas republicanas, especialmente nos conflitos de 1911, além de destacar experiências frequentemente marginalizadas pela narrativa política tradicional.

Ao discutir episódios de repressão, clientelismo e violência institucional, a autora demonstra como a República pernambucana esteve longe de representar uma ruptura imediata com práticas autoritárias herdadas do período imperial. Sua análise amplia ainda mais a compreensão da Assembleia Legislativa como espaço atravessado por disputas intensas em torno do poder e da representação.

Essa obra reafirma, portanto, a importância de compreender a Assembleia Legislativa de Pernambuco como espaço fundamental da experiência política brasileira. Mais do que um registro comemorativo, este volume constitui um esforço de reflexão crítica sobre a formação política de Pernambuco e sobre os múltiplos sentidos históricos da representação legislativa. Ao reunir análises que transitam entre história política, história social, direito, memória institucional e divulgação histórica, essa coletânea reafirma a importância de compreender o Legislativo como espaço de produção de experiências históricas complexas. A Alepe surge, assim, não apenas como cenário das grandes decisões políticas do estado, mas também como lugar onde se manifestaram conflitos cotidianos, reivindicações populares, disputas econômicas e diferentes projetos de sociedade.

A permanência dessas questões ao longo do tempo evidencia que a história do Legislativo pernambucano não pertence apenas ao passado. Ela permanece viva nos debates públicos atuais, nas discussões sobre representação política e nas disputas em torno da ampliação de direitos e do fortalecimento democrático. Revisitar os 190 anos da Assembleia Legislativa de Pernambuco é também refletir sobre os caminhos percorridos pela própria experiência democrática brasileira.

da Provincia, os Snrs. Francisco de Carvalho Paes de Andrade, Jose Ramos de Oliveira, e Dor. Francisco Joaquim das Chagas, levantou a Sessão pelas duas horas da tarde. — Thomaz Antonio Maciel Monteiro, Presidente = Laurentino Antonio Pereira de Carvalho, 1º. Secretario = Dor. Francisco de Paula Baptista, 2º. Secretario.

Acta da Instalação da 1ª. Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco ao 1º. de Abril de 1835.

Presidencia do Snr. Dor. Thomaz Antonio Maciel Monteiro.

Feita a chamada estavão presentes Vinte Snrs. Deputados: [illegible] Snrs. Deputados elei- [illegible] Lopes Gama, e [illegible] Francisco Jose Maria, Dor. Joaquim Maria Pinto de Mello, Dor. Jose Telles de Menezes, Leonardo Pe- de Siqueira Cavalcante, e, como Supplentes

01

Ata de Instalação da Assembleia Provincial de Pernambuco, 1º de abril de 1835.
Acervo: Museu Virtual da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

PALESTRA DE ABERTURA



MOREAUX, François-René. **A coroação de D. Pedro II** (1841), óleo sobre tela. Acervo: Museu Imperial, Petrópolis, Brasil.

A ASSEMBLEIA PROVINCIAL NO BRASIL IMPERIAL:
FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SIGNIFICADOS POLÍTICOS

Profª. Dra. Suzana Cavani[4]

Antes de tudo, gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa de Pernambuco pelo convite para realizar esta palestra, dedicada a uma das instituições mais importantes do país desde sua criação, ainda durante o Império, no período regencial. Considerando que haverá uma mesa específica voltada à Assembleia Provincial, organizei minha exposição com o objetivo de oferecer uma visão geral sobre o processo de criação e de origem dessa Assembleia. Busquei

> *"As petições configuraram, portanto, um verdadeiro exercício de cidadania, profundamente marcado na trajetória histórica da Assembleia Provincial."*

destacar a luta pela consolidação da instituição, seu significado político, bem como as reformas que, em determinado momento, acabaram por comprometer sua autonomia. Além disso, procurei apresentar as tendências da historiografia recente, que têm revisitado a importância da Assembleia, afastando-se de interpretações mais tradicionais que a concebiam como excessivamente limitada em seus poderes e incapaz de atuar de forma efetiva no Império. Nesse sentido, tracei brevemente o percurso historiográfico sobre o tema e destaquei algumas contribuições das pesquisas atuais, inclusive aquelas que venho desenvolvendo, que lançam novas luzes sobre o papel e o funcionamento dessa instituição.

Inicialmente, é fundamental ressaltar que a luta pela consolidação de uma instituição legislativa nas províncias integrou o próprio processo de independência do Brasil, sendo defendida por amplos setores que almejavam a construção de um governo representativo da nação, capaz de garantir autonomia e representatividade política às unidades político-administrativas que compunham o Império. Os liberais foram os principais defensores dessa proposta, tanto os moderados quanto os radicais, uma vez que, em linhas gerais, tendiam a sustentar a ideia de um Estado federativo, descentralizado e não unitário, independentemente de sua forma — monárquica ou republicana.

Entretanto, a dissolução da Assembleia Constituinte e a posterior outorga da Constituição por Dom Pedro I frustraram as expectativas dos liberais, moderados e radicais, no que diz respeito à criação de um legislativo provincial. Tal desfecho comprometeu o projeto de descentralização política, sobretudo porque o poder executivo nas províncias permanecia sob indicação do governo central. Assim, além da centralização do executivo provincial, esvaziou-se

também a possibilidade de um espaço legislativo autônomo nas províncias, expectativa que fora igualmente negada pelo texto constitucional. Não por acaso, essa Constituição outorgada, na qual as assembleias provinciais sequer figuravam, foi alvo de críticas contundentes, inclusive por parte dos revolucionários de 1824, como Frei Caneca.

É verdade que a Constituição de 1824 instituiu, para as províncias, um órgão denominado Conselho das Províncias, que deveria funcionar em cada uma delas com a finalidade de representar e encaminhar as demandas das elites locais. Tratava-se de um conselho eletivo, o que constituía um aspecto positivo. Contudo, suas atribuições não eram de natureza legislativa. O Conselho atuava como um fórum de apoio ao presidente da província, abrindo espaço para a discussão de medidas a serem adotadas pelo Executivo. De modo geral, as propostas ali formuladas eram encaminhadas à presidência provincial, que, por sua vez, remetia algumas delas — inclusive de caráter legislativo — ao governo central, mais especificamente ao Legislativo Geral, representado pela Câmara dos Deputados.

Assim, embora eletivo, o Conselho das Províncias não detinha poder deliberativo. No campo orçamentário, por exemplo, podia apresentar sugestões, mas não era responsável por definir o orçamento provincial. Ainda assim, pesquisas recentes têm destacado a atuação desse órgão na defesa de interesses regionais, evidenciando que as elites provinciais não se satisfaziam em exercer influência apenas por meio de um espaço auxiliar da presidência ou meramente consultivo do governo. A solução institucional proposta pela Constituição de 1824, portanto, mostrava-se limitada e pouco sustentável ao longo do tempo.

Nesse contexto, o acúmulo de insatisfações em relação ao impera-

dor, somado à sua abdicação e à consequente necessidade de instaurar uma Regência para governar o país até a maioridade do herdeiro, abriu caminho para transformações políticas que favoreceram a descentralização do poder. Essas mudanças possibilitaram, finalmente, a criação das assembleias provinciais, bem como de outras instituições marcadas por uma orientação de caráter federativo.

Por meio de uma emenda constitucional amplamente conhecida à época como Ato Adicional de 1834, foram finalmente instituídas as assembleias provinciais. Essas assembleias passaram a ser eletivas, com legislaturas de dois anos, e dotadas de autonomia para legislar sobre diversas matérias, especialmente no que se refere à tributação e à nomeação de funcionários civis e militares. Além disso, garantiam aos cidadãos o direito de encaminhar diretamente às assembleias petições contendo suas demandas, sem a necessidade de fazê-lo exclusivamente por intermédio dos deputados, o que ampliava os canais de participação política.

Outro aspecto positivo e de grande relevância institucional dizia respeito ao fato de que o legislativo provincial, diferentemente da Câmara dos Deputados, não poderia ser dissolvido. Trata-se de um dado fundamental para a compreensão do funcionamento dessas assembleias, uma vez que, no âmbito do Legislativo Geral, a Câmara podia ser dissolvida em casos de incompatibilidade com o Executivo e, inversamente, o ministério também podia ser substituído, mantendo-se a Câmara. Esse mecanismo operava por meio do Poder Moderador do Imperador, cuja alçada não se estendia às províncias. A impossibilidade de dissolução das assembleias provinciais conferia-lhes maior estabilidade institucional, mas também produziu numerosos conflitos entre o legislativo provincial e os presidentes de província, tornando

particularmente complexa a gestão daqueles indicados para governar essas unidades administrativas.

A historiografia costuma afirmar que a constante substituição dos presidentes de província constituía uma estratégia do governo central para evitar que esses agentes criassem vínculos duradouros com as elites locais, preservando certa distância entre os representantes do poder central e os interesses provinciais. Essa interpretação é válida, contudo, a partir de pesquisas que realizei sobre um conflito específico entre a Assembleia Provincial de Pernambuco e o presidente da província, considero possível acrescentar uma nuance a essa leitura. Em muitos casos, a substituição frequente dos presidentes também decorria de sua incompatibilização com o plenário das assembleias provinciais. Em Pernambuco, por exemplo, na década de 1850, registrou-se a troca de três presidentes em um intervalo de apenas três anos. A análise desse episódio sugere que tais mudanças não se explicam apenas por uma política deliberada de rotatividade, mas também pelos desgastes políticos enfrentados pelos presidentes nas províncias e pelos conflitos diretos com o legislativo provincial.

Ademais, o legislativo provincial cabia a tarefa de nomear os vice-presidentes da província, prerrogativa de grande relevância política. Pelo Ato Adicional, era a Assembleia Provincial que escolhia esses vice-presidentes, necessariamente oriundos da própria província, uma vez que os presidentes provinciais eram nomeados pelo governo central. Dessa forma, as elites locais, por meio da assembleia, exerciam influência direta sobre a escolha de autoridades que desempenhavam papel central na administração provincial.

Embora, à primeira vista, o cargo de vice-presidente possa parecer secundário, a experiência histórica

brasileira demonstra sua importância política. No contexto imperial, tratava-se de uma função dotada de expressivo capital político, tanto para aqueles que a exerciam quanto para os grupos que os indicavam. Considerando a frequente substituição dos presidentes de província — que, em geral, permaneciam no cargo por períodos curtos, muitas vezes não superiores a dois anos —, eram os vice-presidentes que, na prática, assumiam o governo provincial em diversas ocasiões. Muitos deles, inclusive, estiveram à frente da administração em momentos particularmente sensíveis da história política regional.

Apesar da criação das assembleias provinciais, os defensores do federalismo formularam críticas ao Ato Adicional por diferentes razões. Entre elas, destacavam-se a manutenção de um relativo poder de veto dos presidentes de província sobre as decisões do legislativo provincial, a imposição de limites significativos à autonomia tributária dessas assembleias e, por fim, a redução da autonomia municipal. Nesse novo arranjo institucional, os poderes locais passaram a depender de forma mais direta das assembleias provinciais, o que representou um recuo em relação às expectativas de fortalecimento do poder municipal.

Cabe destacar um ponto central desse debate: a partir do novo arranjo institucional, o orçamento municipal passou a depender da aprovação da Assembleia Provincial. Do ponto de vista tributário, o principal problema residia no fato de que os impostos de maior arrecadação eram aqueles incidentes sobre a importação e a exportação. Os tributos de importação eram de competência exclusiva do poder central, mais especificamente do Parlamento Imperial, sediado na Corte. Já a tributação das exportações encontrava severas restrições, uma vez que as assembleias provinciais somente poderiam instituí-la desde que

não prejudicasse os interesses fiscais do governo central.

Na prática, desde a criação das províncias, estabeleceu-se uma divisão prévia das competências tributárias, reservando-se ao centro político os impostos mais rentáveis da economia, destinados a atender às necessidades financeiras do governo central. As províncias, por sua vez, ficaram com uma base tributária limitada, o que dificultava significativamente a gestão de seus orçamentos. Em um sistema federativo, um dos princípios fundamentais é justamente a existência de maior equidade tributária entre as partes que compõem o Estado — no caso do Brasil oitocentista, entre o governo central e as províncias, e, na atualidade, entre a União e os estados. A fragilidade dessa equidade constituiu, portanto, um problema estrutural do arranjo institucional do período.

Para agravar esse quadro, o Ato Adicional, que já apresentava limitações importantes, foi posteriormente alvo de reformas que reduziram ainda mais as atribuições do legislativo provincial. Antes mesmo dessas alterações mais restritivas, houve uma revisão do próprio Ato que, em vez de corrigir os limites da autonomia das assembleias provinciais, aprofundou o processo de centralização política durante o período conhecido como Regresso Conservador, caracterizado pela ampliação do poder do governo central.

A partir desse processo de revisão, ocorreram mudanças significativas nas atribuições das assembleias provinciais. Em primeiro lugar, retirou-se dessas instituições o controle sobre a polícia judiciária, permanecendo sob sua jurisdição apenas a polícia administrativa. Em segundo lugar, deixou de lhes caber a interferência na natureza e na competência dos cargos municipais e provinciais

criados por legislação geral. Em terceiro, foi suprimida a faculdade de suspender e demitir magistrados. Em quarto lugar, a revisão ampliou o poder de veto dos presidentes de província sobre as leis aprovadas pelo legislativo provincial. Por fim, retirou-se da Assembleia Provincial a prerrogativa de indicar os vice-presidentes da província, que deixaram de ser escolhidos pelo legislativo local.

Ao longo do tempo, os historiadores divergiram em suas avaliações acerca do papel desempenhado pelas assembleias provinciais após a revisão do Ato Adicional. Até meados do século XX, prevaleceu a interpretação segundo a qual essas assembleias teriam se tornado instâncias regionais profundamente esvaziadas de autonomia e pouco relevantes como instituições políticas. Essa leitura contribuiu, em grande medida, para a escassez de estudos dedicados a essas casas legislativas.

A partir das últimas décadas, entretanto, observa-se uma mudança significativa nas interpretações historiográficas. Parte da produção mais recente, ainda que reconheça os limites impostos a esse legislativo, passou a valorizá-lo como uma instituição central do Império, destacando seu papel como espaço de representação dos interesses provinciais e como um dos marcos do processo de descentralização política no Brasil oitocentista.

Nesse debate, destaca-se a contribuição da historiadora Maria de Fátima Gouvêa, pioneira nos estudos sobre as assembleias provinciais. Em suas análises, a autora demonstrou que, mesmo após as limitações impostas pela revisão do Ato Adicional, essas assembleias permaneceram como importantes instâncias de representação política das elites provinciais, exercendo influência, inclusive, sobre decisões tomadas pelo governo central.

Outra vertente da historiografia sustenta uma tese mais radical, segundo a qual, durante o Império, teria vigorado um Estado de caráter federativo, com destaque para o papel do legislativo provincial. Essa interpretação é associada aos trabalhos de Miriam Dolhnikoff, cuja produção acadêmica consolidou uma linha de pesquisa que hoje conta com numerosos estudos de seus orientandos. Trata-se, contudo, de uma tese amplamente debatida e alvo de questionamentos, sobretudo por considerar o Império brasileiro como uma experiência federativa para além do período regencial, que é geralmente reconhecido como uma fase de maior descentralização política. A maior parte dos historiadores, portanto, encontra dificuldades em classificar o Estado imperial como efetivamente federativo.

No que se refere especificamente à questão do federalismo no Império, Evaldo Cabral de Mello argumentou que as províncias não dispunham da autonomia necessária para promover grandes melhoramentos materiais, como a construção de ferrovias ou a modernização de portos. Tal limitação decorreria, segundo o autor, da insuficiência crônica das receitas provinciais. Em diálogo com essa perspectiva, o estudo de André Villela sobre os orçamentos provinciais analisou 839 balanços de receitas e despesas das províncias do Império, no período de 1840 a 1889, constatando a recorrência de déficits na maioria dos casos examinados. Esses dados reforçam a ideia de que, embora existisse certa capacidade orçamentária nas províncias — como o próprio Cabral de Mello reconhece —, ela era bastante restrita, refletindo as desigualdades produzidas pela centralização do sistema tributário imperial.

Por outro lado, Miriam Dolhnikoff relativiza o peso dos déficits nos orçamentos provinciais e, a partir disso, enfatiza a orientação federalizante

do Estado imperial. Em suas pesquisas, a autora analisou amostragens de orçamentos provinciais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No caso paulista, identificou, inclusive, o registro da construção de uma ferrovia financiada com recursos exclusivamente provinciais, sem o aporte do governo central — um episódio raro no contexto imperial. Com base nesses dados, Dolhnikoff sustenta que a questão orçamentária, embora central para a avaliação do caráter federativo de um Estado, não representava um obstáculo intransponível para que as províncias custeassem suas despesas correntes e realizassem investimentos. Segundo a pesquisadora, a capacidade de São Paulo em realizar tais obras decorria de seu elevado nível de desenvolvimento econômico, impulsionado pela produção cafeeira, o que explicaria a ausência de maiores restrições financeiras nesse caso específico.

Nessa perspectiva, a autora desloca a explicação da suposta incapacidade das províncias do campo estritamente político, associado à política tributária, para o âmbito da conjuntura econômica e do estágio de desenvolvimento em que se encontravam. É interessante observar que, anteriormente, Peter Eisenberg já havia chegado a conclusão semelhante ao analisar o financiamento da modernização da indústria açucareira em Pernambuco. Trata-se de uma interpretação relevante, embora não dominante na historiografia. A leitura predominante sustenta que as províncias dispunham de recursos limitados em razão do sistema tributário imperial, que restringia significativamente suas possibilidades de tributação e arrecadação.

Na pesquisa que realizei sobre a atuação da Assembleia Provincial ao longo de uma década específica — a de 1860 —, observei que o quadro não era uniforme. Em determinados anos,

não se verificaram grandes dificuldades orçamentárias, e os déficits registrados na década de 1850, por exemplo, foram relativamente reduzidos. Evidentemente, a análise de um único decênio não é suficiente para dar conta da complexa história tributária do Império, sendo necessária uma abordagem de mais longo prazo. Ainda assim, esses dados indicam que, em alguns momentos, o orçamento provincial conseguia atender às demandas administrativas.

O problema residia no fato de que esse equilíbrio orçamentário era alcançado, em grande medida, à custa da contenção de investimentos mais ambiciosos. As finanças provinciais permaneciam, portanto, bastante limitadas, e a capacidade de criação de impostos restringia-se, em geral, à regulamentação de atividades locais. Nesse contexto, a principal vitrine dos orçamentos provinciais eram as obras públicas, que consumiam a maior parte das receitas disponíveis. A construção de estradas, por exemplo, era uma prioridade recorrente, sobretudo por sua importância para o escoamento da produção.

Observa-se que a associação entre obras de infraestrutura e desenvolvimento econômico remonta a esse período. Em termos de gastos, as obras públicas figuravam como o principal item orçamentário, seguidas pelas despesas com segurança pública. Apenas nos primeiros anos de funcionamento das assembleias provinciais os gastos com segurança superaram os destinados às obras públicas, em razão do contexto de instabilidade política então vigente. A centralidade desse setor foi tamanha que algumas províncias chegaram a criar repartições específicas para a gestão das obras públicas.

Assim, apesar da escassez de recursos, as províncias desenvolveram estratégias para viabilizar investimentos e atender às suas necessidades bá-

sicas, explorando ao máximo as limitadas possibilidades de arrecadação de que dispunham.

O Ato Adicional transferiu às províncias a competência sobre parte da arrecadação de determinados impostos. A partir desse momento, as administrações provinciais passaram a buscar alternativas para viabilizar seus orçamentos, criando uma variedade de novos tributos ao longo das décadas seguintes. Esse processo frequentemente gerou reações da sociedade, atingindo tanto grandes produtores e comerciantes quanto os segmentos menos favorecidos da população. Estes últimos eram particularmente onerados, uma vez que a solução recorrente para ampliar a arrecadação consistia na criação de impostos sobre o consumo, cuja incidência tende a recair de forma mais pesada sobre as camadas populares. Com o passar do tempo, observa-se uma ampliação contínua da pauta tributária provincial, reflexo dessas tentativas de equilibrar as finanças públicas.

A criação de novos impostos pelas assembleias provinciais mobilizava intensamente a sociedade. Em diversas ocasiões, as galerias das assembleias encontravam-se lotadas nos dias de votação de tributos que afetavam amplos setores da população. Na década de 1860, por exemplo, registraram-se ao menos dois episódios em que foi necessária a intervenção policial para esvaziar as galerias, diante da tensão gerada por propostas de criação de novos impostos. Entre elas, destacava-se a tentativa de instituir novamente um imposto sobre o caixeiro estrangeiro, medida amplamente impopular, bem como a criação de um tributo incidente sobre os escravizados de ganho e aqueles empregados no transporte. Embora esse último atingisse diretamente os proprietários de escravizados, seus efeitos repercutiam também sobre a população em geral, uma vez que o aumento dos

custos tendia a ser repassado aos consumidores, encarecendo, por exemplo, serviços essenciais como o transporte de água potável. Não por acaso, cerca de um ano após sua instituição, esse imposto acabou sendo reduzido.

Em síntese, a atuação das assembleias provinciais revela esforços constantes para evitar a produção sistemática de déficits orçamentários, contrariando a ideia de que funcionariam apenas como instâncias ineficientes do ponto de vista fiscal. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que tampouco se tratava de um cenário de ampla folga financeira. O sistema tributário imperial não possuía características plenamente federativas que garantissem autonomia fiscal às províncias. Assim, sempre que se pretendia realizar grandes melhoramentos, tornava-se indispensável o apoio do governo central.

Para concluir, cabe mencionar um tema que venho pesquisando mais recentemente e que ainda é pouco explorado pela historiografia: o direito de petição às assembleias provinciais. Embora esse direito tenha sido amplamente estudado no âmbito da Câmara dos Deputados, sua prática no contexto provincial permanece relativamente negligenciada. Nesse sentido, destaco o trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, que vem promovendo, através da sua Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico, a digitalização dessas petições, constituindo um acervo documental de enorme riqueza histórica. Registro, portanto, meu reconhecimento à Alepe pelo cuidado com a preservação e pela disponibilização desse conjunto de fontes.

As petições constituíam um importante canal de interlocução entre a sociedade e o poder público. Indivíduos e coletividades recorriam diretamente às assembleias para apresentar suas demandas, muitas vezes contor-

nando os próprios deputados, que, em tese, deveriam representá-los. Trata-se de uma prática herdada do Estado português, no qual o súdito podia apelar diretamente ao soberano, e que, nos tempos do liberalismo, foi ressignificada como o direito do cidadão de recorrer ao Estado-nação. Artífices, comerciantes, produtores de açúcar e algodão, funcionários públicos, entre outros grupos sociais, lançavam mão desse instrumento, e não raramente suas reivindicações eram atendidas.

Nem sempre é possível acompanhar integralmente o desfecho dessas petições; ainda assim, a documentação revela que muitas delas eram efetivamente analisadas e aprovadas, como indicam os registros de deliberação e os comentários que as acompanham. Nesse sentido, gostaria de encerrar destacando que um dos grupos profissionais que mais recorreu a esse instrumento foram os professores das instituições públicas. Trata-se de um dado significativo, pois evidencia que o direito de petição não se restringia às elites, mas permanecia aberto a diferentes segmentos sociais.

As petições configuraram, portanto, um verdadeiro exercício de cidadania, profundamente marcado na trajetória histórica da Assembleia Provincial. Ao aprovar diversas dessas demandas, a instituição atuou tanto no atendimento a interesses locais quanto na resposta às reivindicações diretas dos cidadãos em múltiplas esferas da vida social. Desse modo, a Assembleia afirma-se como uma instituição que, ao contrário de interpretações consolidadas por longo tempo, foi capaz de produzir resultados concretos e relevantes, mesmo operando sob severas limitações à sua autonomia.



TAUNAY, Felix-Emile
Retrato de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II (1835), óleo sobre tela.
Acervo: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

MESA I

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA:

O LEGISLATIVO PERNAMBUCANO E OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA





FIGUEIREDO, Aurélio de.
A Ilusão do Terceiro Reinado (ou "O Último Baile da Monarquia", 1905), óleo sobre tela.
Acervo: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

CÂMARAS, ELITES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
NA FORMAÇÃO DO LEGISLATIVO PERNAMBUCANO

Prof. Dr. George Cabral[5]

Permitam-me recuar um pouco no tempo. Sou especialista no período colonial e trabalho, sobretudo, com as elites políticas desse contexto histórico. Evidentemente, o período colonial mantém estreita conexão com o período imperial. Quando ocorre a proclamação da Independência, não há, da noite para o dia, uma mudança radical no cenário político. Os sujeitos que atuavam politicamente durante o período colonial, em grande medida, continuam a fazê-lo no período imperial. Algumas transformações vão se processar ao longo do tempo, mas são justamente aqueles que já estavam inseridos, por falta de termo mais preciso, no debate político da época que darão vida às novas instituições e ocuparão posições centrais à medida que o regime imperial se consolida.

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

É importante salientar que as câmaras municipais, meu objeto estudo há quase vinte anos, constituem as instituições políticas mais antigas ainda em vigência no país. Se acompanharmos o fio de sua trajetória histórica, chegamos quase ao Império Romano. Elas estão diretamente ligadas à formação do Reino de Portugal e foram transplantadas para o Brasil durante o período colonial.

Durante muito tempo, as câmaras municipais foram a principal forma de agregação política existente e, em muitos casos, o único espaço possível de discussão política dentro da ordem institucional vigente. Hoje, porém, tendemos a dar pouca atenção a essas instituições. Em geral, só nos lembramos delas quando surgem notícias negativas no noticiário ou quando algum episódio específico ganha destaque público.

Ainda assim, as câmaras municipais são fundamentais. Elas constituem a principal porta de entrada para a vida política, o primeiro espaço de participação no debate público e os órgãos institucionais mais próximos da população.

Minha proposta hoje é estabelecer uma conexão entre aqueles que exerciam o poder local no final do período colonial e a forma como essas mesmas pessoas aparecem na primeira legislatura da Assembleia Provincial. Há pouco, a professora Suzana mencionou o direito de petição, ou seja, o direito de escrever ao monarca para solicitar algo ou apresentar queixas. No período colonial, as câmaras municipais funcionavam como uma tribuna que dava eco a essas representações. Uma petição individual tinha um alcance limitado. Já uma petição coletiva, encampada por uma municipalidade, tendia a ter muito mais força. Não existiam, então, órgãos de discussão política em caráter regional. Dentro das capitanias havia um governador, que acumulava auto-

ridade administrativa e militar, e um conjunto de câmaras municipais, em número variável conforme a capitania. Algumas possuíam apenas uma câmara, como o Rio Grande do Norte, que contava com um único órgão para toda a capitania. Em Pernambuco, ao contrário, existiam várias câmaras municipais.

A primeira câmara municipal foi a de Olinda. A que estudei com mais detalhe foi a do Recife, fundada em 1710. Escolhi trabalhar com essa câmara porque dela restou a maior quantidade de documentação disponível. Isso me permitiu acompanhar, praticamente ano a ano, quem ocupava os cargos da Câmara e quais temas estavam sendo discutidos.

Na ausência de órgãos como a Assembleia Provincial, no Império, e a Assembleia Legislativa, na República, que dessem voz de forma conjunta a toda a capitania, as câmaras municipais atuavam como instâncias de mediação. Elas estabeleciam a conexão entre a população e os níveis superiores de governo, seja o governador da capitania, seja o próprio rei.

Tratava-se de instituições essencialmente controladas pelas elites. Parte da historiografia liberal do século XIX tentou construir a imagem da câmara como uma casa democrática durante o período colonial, sobretudo pelo fato de seus membros serem eleitos. Ainda assim, é importante destacar que se tratava de um órgão de poder constituído por meio de eleições, aspecto relevante para a compreensão de sua legitimidade política.

As eleições mais antigas de que temos registro no Brasil são as eleições municipais. No entanto, para ser eleito para uma câmara municipal, era necessário ser classificado como "homem bom". Esse conceito não se referia, necessariamente, a uma pessoa caridosa ou moralmente exemplar. A

definição de homem bom variava de local para local, mas, de modo geral, dizia respeito a um proprietário. Tratava-se de alguém com determinado nível de patrimônio e com aceitação social, por atender aos critérios estabelecidos pela comunidade local.

Em Pernambuco, esses homens bons eram, inicialmente, sobretudo senhores de engenho. Com o tempo, especialmente na Câmara do Recife, observa-se uma presença significativa de comerciantes. A própria criação da Câmara do Recife está relacionada a um conflito político entre senhores de engenho e comerciantes, resultado de disputas de poder no interior da elite local.

Todos vocês estudaram na escola o episódio conhecido como Guerra dos Mascates. Esse conflito marca o ponto de origem da Câmara do Recife. A partir de então, as câmaras municipais passaram a peticionar diretamente ao rei e, em alguns momentos, atuavam de forma articulada. Reuniam-se em juntas para apresentar suas demandas de maneira mais organizada, quase como uma assembleia.

Há diversos momentos em que essas câmaras se reúnem para tratar de temas centrais da administração colonial, entre eles a tributação, assunto também mencionado pela professora Suzana. Sempre que surgia um novo tributo, como um donativo para o casamento de príncipes reais ou para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, as câmaras se reuniam para definir como esse encargo seria distribuído.

Nesse processo de reunião para definir a divisão do valor dos tributos, aproveitava-se também para questionar os montantes cobrados e os prazos estabelecidos. Havia, portanto, um acordo político efetivo entre os representantes das diferentes municipalidades.

A conexão entre esses grupos que exerciam o poder nas câmaras municipais e a Assembleia, objeto central deste seminário, torna-se mais clara com a chegada da Independência e, posteriormente, com a criação das assembleias provinciais. Nesse novo contexto, tornou-se necessário contar com quadros humanos capazes de ocupar posições de decisão nas províncias. Era preciso dispor daquilo que Denis Bernardes definiu como um "substrato de homens afeitos aos negócios públicos e neles diretamente interessados".

Quem eram, afinal, esses homens bons que atuavam politicamente nesse momento. No caso de Pernambuco, ao observarmos o cenário da Independência e a primeira legislatura da Assembleia Provincial, é possível perceber uma forte continuidade de grupos familiares presentes desde pelo menos o início do século XVI. Não consigo ainda afirmar isso para toda a composição da primeira legislatura, mas os indícios iniciais apontam claramente nessa direção.

Tenho, inclusive, tentado convencer algum estudante, como já comentei com a professora Suzana, a realizar uma prosopografia da primeira legislatura da Assembleia Provincial, nos moldes do trabalho que desenvolvi com a Câmara Municipal do Recife ao longo do período colonial. A prosopografia é um termo pouco atraente, mas o conceito é simples, embora a execução seja complexa. Trata-se de uma biografia coletiva.

Nesse método, seleciona-se um conjunto de indivíduos que compartilham algum elemento em comum, como a pertença a um mesmo grupo social ou institucional. A partir disso, são reunidos os dados biográficos de cada um desses sujeitos para a construção de um perfil coletivo. Esse procedimento permite compreender melhor as trajetórias, os vínculos e os interesses que estruturam a atuação política de determinado grupo.

Quando realizei a prosopografia da Câmara do Recife, foi possível identificar conexões familiares que, em alguns casos, remontam aos próprios fundadores da instituição. Observa-se uma continuidade geracional na participação nos negócios públicos. O fundador, depois o filho, o neto e o bisneto, chegam, em alguns casos, até a primeira legislatura da Assembleia Legislativa.

Antes da criação da Assembleia, há todo um debate em torno da Independência. Nesse contexto, torna-se necessário compreender como as câmaras municipais atuaram de forma efetiva no processo de ruptura política. Elas desempenharam um papel central nesse momento. Ao analisarmos as atas das câmaras do Recife e de Olinda, que foram preservadas para esse período, observamos que foi nesses espaços que os cidadãos das duas municipalidades compareceram para assinar, em livro de atas, o juramento de adesão ao novo país, o Brasil.

Foi também às câmaras municipais que Dom Pedro I enviou o projeto de Constituição imposto em 1824, após o fechamento da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823.

São as câmaras municipais que são chamadas a opinar sobre a matéria. Isso ocorre porque foi a Câmara do Rio de Janeiro que deu início a esse processo. Frei Caneca critica duramente essa escolha em seu Typhis Pernambucano. Ele questiona por que a Câmara do Rio de Janeiro deveria opinar sobre o tema e defende que o povo do Brasil, de modo geral, deveria ser consultado.

Frei Caneca identifica, portanto, um problema de representatividade na tentativa de Dom Pedro I de utilizar as câmaras como espaço de discussão do projeto constitucional. Ainda assim, são nesses espaços que atuam os grupos tradicionais de poder. São as mesmas famílias que, há gerações, ocupavam posições políticas nas municipalidades.

Em Pernambuco, encontramos, por exemplo, a família Pires Ferreira. Gervásio Pires Ferreira foi presidente da primeira Junta de Governo eleita em 1821. Ele próprio não chegou a ser vereador, mas teve pai e irmãos eleitos para a Câmara. Também aparecem figuras menos conhecidas, porém bastante atuantes, sobretudo nas redes maçônicas, como Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto. Médico, ele atuava intensamente como recrutador dos chamados segredos democráticos, conforme indica a documentação da época.

Há ainda a presença de letrados, como Francisco de Brito Bezerra Cavalcante de Albuquerque, formado em Coimbra e autor de poemas, com participação ativa na política local. Encontramos também Bento José da Costa, grande comerciante que passou pela Câmara do Recife, apoiou a Revolução de forma hesitante e, posteriormente, tornou-se colaborador da repressão. Esses exemplos revelam a diversidade de trajetórias que compõem o cenário político do período.

Como já mencionei, há famílias que permanecem na vida política desde os momentos iniciais. Um exemplo é a família Almeida Catanho. Joaquim de Almeida foi um dos quatro primeiros membros da Câmara Municipal do Recife, criada em 1710 e interrompida pela Guerra dos Mascates.

Na sua descendência encontramos Manuel Caetano de Almeida de Albuquerque, que teve nove filhos homens. Todos foram encaminhados para funções públicas, o que é um caso raro, já que não houve, nesse grupo, nenhum direcionamento para a carreira eclesiástica. O próprio Manuel Caetano foi vereador, assim como seu filho no Recife.

Manuel Caetano Júnior formou-se em Direito, foi deputado da Assembleia Constituinte de 1823 e, posteriormente, integrou a primeira legislatura da Assembleia Provin-

de Pernambuco. Antes disso, havia exercido o cargo de presidente da província, sendo o quinto a ocupar essa função, entre 14 de novembro de 1832 e 30 de setembro de 1833.

Outro exemplo de família antiga, fortemente ligada ao comércio na Praça do Recife e com representante na primeira legislatura da Assembleia Provincial, é a família Vai Salgado. Essa trajetória tem início com o imigrante português José Vai Salgado que, em meados do século XVI, figurava entre os homens mais ricos da vila do Recife, possivelmente o mais rico, ou o segundo, disputando essa posição com Manuel Correia de Araújo.

Ambos, ao que indicam os vestígios deixados por seus patrimônios, provavelmente mantiveram vínculos com o comércio de pessoas escravizadas. Na primeira legislatura da Assembleia encontramos um neto de José Vai Salgado, Nicolau José Vai Salgado. Ele era filho e neto de vereadores do Recife durante o período colonial.

Entre os trinta e seis deputados e os quatorze suplentes da primeira legislatura, observa-se a recorrência de sobrenomes que, desde o século XVI e ao longo das primeiras décadas do século XIX, ocuparam posições de destaque na municipalidade do Recife. Entre eles estão Cavalcante de Albuquerque, Marciel Monteiro, Moreira Carvalho e Rodrigues Campelo.

Por isso, é fundamental partir da documentação remanescente para realizar esse levantamento. Somente assim é possível identificar quem inicia a atividade legislativa na Assembleia Provincial e compreender as conexões desses indivíduos com as câmaras municipais e outras instâncias de poder local.

Apresentei aqui apenas o caso da vila do Recife, pois foi nesse espaço que apliquei o método da prosopogra-

fia. Esse tipo de estudo também pode ser realizado para Olinda a partir do final do século XVI. Para as demais vilas de Pernambuco e para outras câmaras municipais, o trabalho se torna mais difícil, em razão da documentação ser esparsa ou inexistente.

Ainda assim, ao acompanhar o percurso dos primeiros ocupantes das cadeiras das assembleias provinciais, é possível identificar, com bastante segurança, a presença de antigos agentes do poder municipal ou de seus descendentes. Em geral, tratava-se de indivíduos vinculados à atividade produtiva nos engenhos ou ao grande comércio, muitos deles com formação universitária em Coimbra.

Essa abordagem permite compreender melhor a sociedade a partir do estudo de suas elites. O diálogo entre elites e camadas subalternas só pode ser apreendido de forma mais consistente quando conhecemos ambos os polos. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de pesquisa relevante e multidisciplinar, que articula história, direito, ciência política e sociologia, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do nosso passado.



RUGENDAS, Johann Moritz.
Venda no Recife (séc. XIX), litogravura.
Acervo: Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

O NASCIMENTO DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Prof. Dr. Marcelo Casseb[6]

Para essa reflexão, pensei no título "O nascimento das Assembleias Legislativas Provinciais e sua importância para o exercício da cidadania". Todos nós sabemos que a forma como a Constituição do Império do Brasil veio à luz, outorgada por Dom Pedro I, acarretou custos políticos diversos, alguns imediatos. Frei Caneca e a Confederação do Equador são provas irrefutáveis da reação ao arbítrio monárquico representado pela decretação unilateral da Carta de 1824, que, sem ser Constituição no rigor do termo, como argumentava Frei Caneca, deixava cada uma das províncias livres para se autoconstituírem, se autoadministrarem e se autoorganizarem.

Outros custos, porém, manifestaram-se apenas tardiamente e não foram tão evidentes. Para José Bonifácio, o Patriarca

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

da Independência, os impropérios do imperador custar-lhe-iam o próprio trono. Quem nos relata essa antevisão é Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, em suas anotações biográficas. Fundador do jornal O Tamoio e alinhado aos Andradas durante o período da Constituinte de 1823, Vasconcelos Drummond sofreu o mesmo destino político, sendo também exilado para a França. Retornou somente em 1829, quando ingressou na carreira diplomática.

Foi de próprio punho que ele registrou a seguinte fala de José Bonifácio, quando este embarcava para o exílio, na madrugada de 13 de novembro: "Diga ao imperador que estou velho, e morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer moléstia é coisa para mim bem diferente. É por seus filhos inocentes que eu choro hoje. Que trate de salvar a coroa para eles, pois para si já está perdida desde hoje. A sentença o imperador mesmo a lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos, porque, se o castigo da divindade é tardio, esse nunca falta".

Do ponto de vista político, o ato de força perpetrado por Dom Pedro I representou a derrota de uma das alas do liberalismo. Tratava-se daquela que atuava na Constituinte e que talvez constituísse uma das duas principais vertentes do próprio liberalismo. Ao lado de um liberalismo mais moderado, que defendia uma monarquia constitucional representativa, combinando elementos democráticos e aristocráticos, havia também um liberalismo de caráter mais radical, que combatia os realistas empenhados na restauração de um governo absolutista.

De outro lado, encontravam-se os liberais denominados vintistas, também chamados de radicais ou republicanos, inspirados em modelos institucionais como o governo parlamentar inglês e o governo federativo norte-americano. Foram esses os

opositores derrotados pela dissolução da Constituinte. Bem ou mal, tais segmentos, materializados nas visões de José Bonifácio, assumiram, após a dissolução da Assembleia Constituinte, novo protagonismo na política nacional, alterando de forma substantiva os rumos da monarquia constitucional brasileira.

A renúncia de Dom Pedro I, em 1831, ensejou uma sensível reforma na Constituição do Império do Brasil, pois o drama constitucional do período não havia sido, por assim dizer, bem resolvido, mas apenas "abordaçado". A independência política do Império, os limites constitucionais ao poder do monarca, bem como a autonomia política, administrativa e financeira das províncias, permaneciam como questões em aberto.

A monarquia ultracentralizada outorgada pela Carta de 1824, que para muitos possuía um viés marcadamente autoritário, cedeu lugar, ainda que parcialmente, a uma tentativa de implantação de uma monarquia semifederal a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834. Essa foi a única modificação formal sofrida pela Constituição de 1824, que permanece, até hoje, como a mais longeva da história constitucional brasileira.

O Ato Adicional, que corresponderia ao que atualmente denominamos uma emenda constitucional, foi um dos produtos da reação dos liberais que haviam sido sufocados pelo governo de Dom Pedro I, como também já se mencionou nesta manhã. Não seria demais, portanto, perguntarmo-nos quais modificações esse Ato implementou na Constituição de 1824 e qual foi o seu impacto político e administrativo no Império.

De início, convém destacar que o texto original da Constituição previa uma monarquia constitucional representativa. Seguindo a tradição de Montesquieu, adotou-se o bicame-

ralismo na estruturação do Poder Legislativo, composto pela Casa Alta, o Senado, e pela Casa Baixa, a Câmara dos Deputados. Nesse ponto, é importante chamar a atenção para a centralidade que o próprio Poder Legislativo exercia no arranjo institucional do Império.

A solução constitucional adotada, de caráter bicameral, buscava limitar a concentração absoluta de poderes nas mãos do monarca, ao menos em termos teóricos. Não por acaso, o artigo 11 da Constituição do Império estabelecia que os representantes da Nação brasileira eram o Imperador e a Assembleia Geral.

Como observou Maurizio Fioravanti, destacado historiador constitucional florentino, no modelo constitucional francês — observação que também se aplica ao modelo brasileiro — a Constituição atribuía ao Poder Legislativo uma função crucial: a de garantidor dos direitos individuais. Trata-se de uma atribuição que, nos dias atuais, tendemos a associar mais diretamente ao Poder Judiciário do que ao Legislativo.

Essa noção do legislador como garantidor dos direitos, contudo, encontrava-se bem consolidada entre os constitucionalistas do período imperial. José Maria Avelar Brotero, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, ensinava que o Poder Legislativo era essencial em toda organização social, pois era necessário para formar uma entidade moral e, assim, dirigir o Poder Executivo, esclarecendo-o em suas determinações, prevenindo excessos, fixando meios, enunciando princípios e determinando os resultados das relações internas e externas. Além disso, cabia-lhe criar e aperfeiçoar o sistema público de administração. O Legislativo era, portanto, o foro próprio das deliberações sobre as questões fundamentais da sociedade e da definição das regras elementares do convívio nacional.

Por essa razão, Nicolau de França, outro destacado constitucionalista do Império, já com larga experiência do funcionamento das instituições imperiais e do tempo de vigência da Constituição, concluiu que o Poder Legislativo seria, simplesmente, o mais importante dos poderes. Segundo Nicolau de França, o Poder Legislativo é, na ordem social, o mais relevante de todos, pois não apenas lhe incumbia cuidar dos grandes interesses da sociedade, velar e promover sua prosperidade, grandeza, manutenção e perpetuidade, bem como os interesses individuais, a segurança pessoal e da propriedade e a liberdade, como também conter, dentro da órbita de suas atribuições, os demais poderes políticos. Cabia-lhe, portanto, a função essencial de limitar o poder, zelar pela guarda da Constituição e promover o bem geral da Nação.

É bem verdade que, tanto essa quanto outras análises acerca da Constituição do Império, produziram um silenciamento seletivo sobre o papel do Poder Moderador, ao qual a Carta de 1824 deve, em grande medida, seu caráter autoritário. O Poder Moderador alterava substancialmente a lógica política e a dinâmica de funcionamento dos demais poderes. Isso é amplamente reconhecido. Basta recordar a observação do professor Marcus Carvalho, ao afirmar que o imperador era politicamente inatacável, bem como o disposto no artigo 98 da Constituição do Império, que definia o Imperador como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante. Assim, acima da própria representatividade da Assembleia Legislativa, situava-se o imperador como a principal figura da ordem política.

À parte esses aspectos, é inegável reconhecer, à luz do pensamento constitucional brasileiro, que o Poder Legislativo configurava uma engrenagem essencial ao funcionamento da monarquia constitucional, dotado de competências de grande relevância,

especialmente aquelas previstas no artigo 15 da Constituição. Poderíamos enumerar diversas atribuições, mas basta mencionar, por exemplo, a eleição da Regência, em um período crucial da história política do país, tema já amplamente refletido na fala do professor Marcus Carvalho, a nomeação dos tutores do imperador, a resolução de dúvidas sobre a sucessão da Coroa, a elaboração das leis, a fixação dos orçamentos públicos e a autorização de empréstimos e despesas gerais do Império.

O Poder Legislativo, tal como concebido na Constituição de 1824, revelava, desse modo, traços de um constitucionalismo moderado, alinhado à doutrina de Montesquieu e às instituições parlamentares inglesas, que inspiraram sua estrutura. Tratava-se, contudo, de um Legislativo cujas competências se restringiam ao governo central, aquilo que hoje denominaríamos governo federal.

E como ficariam as províncias? E os assuntos provinciais? A quem caberia discuti-los? Dadas as características próprias da monarquia brasileira, essas questões encontraram espaço na instituição dos Conselhos Gerais de Província, cuja regulamentação se encontrava no artigo 71 e nos dispositivos seguintes da Constituição do Império.

Esses conselhos, contudo, não possuíam atribuições normativas. Tratava-se de instâncias deliberativas ou opinativas, sem poder para adotar decisões de caráter vinculante, ou, em outras palavras, decisões com força de lei. Em razão disso, sua amplitude institucional era bastante limitada, uma vez que toda e qualquer deliberação, para alcançar algum grau mínimo de eficácia, precisava ser encaminhada à Assembleia Geral ou ao Conselho de Ministros. Cabia a esses órgãos adotar providências no sentido de conferir força normativa às deliberações de caráter regional ou provincial, de

modo que produzissem efeitos concretos para as administrações provinciais e para as próprias províncias.

O Ato Adicional de 1834, expressão da força da reação liberal derrotada em 1823, representou um passo importante no sentido da descentralização do poder imperial e da introdução de elementos de federalismo no Império, ainda que essa caracterização seja objeto de debate. É necessário destacar que tal avanço não se traduziu automaticamente na prática política imperial. Aqui estamos tratando do plano normativo, enquanto a experiência política concreta assumiu, muitas vezes, outros contornos.

O projeto que deu origem ao Ato Adicional era, originalmente, mais amplo em sua oposição à concentração de poderes. Visava, inclusive, à extinção do Poder Moderador e da vitaliciedade do Senado, propostas que acabaram derrotadas. Ainda assim, conseguiu extinguir o Conselho de Estado, órgão de assessoramento do imperador nos assuntos fundamentais do Império. Embora esse órgão tenha sido posteriormente recriado, sua extinção representou, naquele momento, uma vitória no processo de descentralização do poder.

A principal medida implementada pelo Ato Adicional no sistema constitucional brasileiro foi, contudo, a transformação dos Conselhos Gerais de Província em Assembleias Legislativas Provinciais. Foram essas instituições que, no período republicano, dariam origem às Assembleias Legislativas estaduais, como a própria Assembleia Legislativa que hoje nos acolhe.

Com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, diversas competências lhes foram atribuídas pelo Ato Adicional de 1834. Essas atribuições encontram-se principalmente elencadas no artigo 10º do Ato Adicional. Entre elas, destacava-se a

competência em matéria de instrução pública, o que explica, por exemplo, a petição mencionada pela professora Susana Calvani, apresentada por professores que reivindicavam melhorias salariais.

Incluíam-se ainda questões relativas à desapropriação por utilidade pública, envolvendo diretamente o direito de propriedade dos cidadãos, a fixação de despesas, bem como a criação, a supressão e a nomeação para cargos públicos. Esta última era uma atribuição fundamental e que, não raro, suscitou diversas crises nas relações com a Assembleia Geral do Império.

As Assembleias Provinciais também podiam deliberar sobre as casas de socorros públicos, o que, em termos mais amplos, significava a possibilidade de legislar sobre questões de saúde pública. Entre as demais competências, talvez a mais relevante fosse a competência tributária, ainda que limitada pela competência tributária do governo geral.

As províncias não podiam incidir sobre as chamadas bases tributárias já exploradas pelo governo central, nem criar impostos que os duplicassem ou os complementassem. Diante dessas restrições, precisavam encontrar soluções próprias para gerar receitas, de modo a custear as despesas previstas em seus orçamentos e garantir o funcionamento de suas administrações.

A promulgação do Ato Adicional transformou os antigos conselhos em assembleias efetivamente empoderadas. Além disso, essas assembleias passaram a exercer uma atribuição que, como muitos historiadores e historiadoras têm destacado, constitui uma herança do Antigo Regime: o recebimento de petições dos cidadãos, que solicitavam providências das mais diversas naturezas.

Esse aspecto evidencia a importância das assembleias provinciais. Se,

por um lado, elas eram casas de representação sobretudo das elites sociais, econômicas e políticas das províncias, por outro, funcionavam como espaços de escuta, verdadeiras caixas de ressonância de demandas sociais amplas e difusas. Dessa forma, apresentam-se como instâncias aptas à realização do exercício da cidadania, como também já ressaltou a professora Susana Calvani.

A autonomia dessas assembleias, tanto no plano legislativo quanto no atendimento a uma cidadania mais ativa, gerou diversos conflitos com a Assembleia Geral do Império. Conforme apontou Vicente Pereira do Rego, professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do Recife, "o Legislativo nacional exercia a fiscalização sobre as assembleias provinciais". Essa função era considerada essencial, uma vez que as Assembleias Provinciais frequentemente extrapolavam suas competências, imiscuindo-se, segundo a doutrina da época, em atribuições próprias da Assembleia Geral.

Observação semelhante, e não surpreendente, foi feita pelo próprio Visconde do Uruguai, um dos grandes estadistas do Império. Integrante da chamada Trindade Saquarema, tratava-se de um político e jurista de perfil marcadamente conservador, defensor da centralização política. Em sua obra Estudos práticos da província, dedicada à análise do funcionamento das assembleias provinciais e das instituições políticas do Estado imperial, o Visconde do Uruguai afirmava que as assembleias provinciais se encontravam praticamente incontroláveis no exercício de suas competências. Segundo ele, a Assembleia Geral, sediada no Rio de Janeiro, capital do Império, não exercia de modo efetivo suas atribuições de conter aquilo que qualificava como uma verdadeira "fúria normativa" das assembleias provinciais.

Diante desse quadro, é possível concluir que o período em que se deu não apenas a origem, mas também o funcionamento das assembleias legislativas provinciais, foi crucial para o amadurecimento de um regime político com traços federalistas. Ainda que marcado por limites práticos, sobretudo de natureza financeira, esse arranjo conferiu às províncias certo grau de autonomia que funcionou como substrato e aprendizado institucional. Foi a partir dessa experiência que, após 1889, com a instauração do regime republicano, se consolidaram assembleias legislativas autônomas, que efetivamente exerceram suas prerrogativas durante a Primeira República.

Por outro lado, trata-se de uma Assembleia Legislativa cuja história ainda conhecemos pouco. Um seminário dessa natureza, portanto, mostra-se extremamente oportuno. Pensar a Assembleia Legislativa é pensar o exercício de uma cidadania ativa, inserida na estrutura de um Estado democrático de direito.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

REGÊNCIA, CRISE POLÍTICA E AS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS NO BRASIL OITOCENTISTA

Prof. Dr. Marcus Carvalho[7]

Para iniciar a reflexão, é importante retomar o período regencial. Na formação escolar e na própria historiografia brasileira, observa-se uma influência significativa de Joaquim Nabuco, figura central da história nacional e um dos patronos desta Casa. Não se trata aqui, contudo, do Nabuco líder abolicionista, mas do Joaquim Nabuco historiador, autor da obra *Um Estadista do Império*, biografia dedicada a seu pai. Trata-se de um livro fundamental, mas também problemático, justamente por seu caráter biográfico. Ao retratar o pai como um estadista do Império, Nabuco constrói a imagem de um jurista moderado e exemplar. No entanto, a análise histórica revela um personagem profundamente reacionário, cuja carreira se desenvolveu à sombra dos Cavalcanti, em especial do futuro visconde de Cama-

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ragibe, atuando como áulico do poder e defensor do tráfico atlântico de pessoas escravizadas. Essa tensão entre a importância da obra e seus limites interpretativos torna o livro, ao mesmo tempo, indispensável e perigoso para a compreensão do período.

Joaquim Nabuco, apesar de sua grandiosidade intelectual e política, beneficiou-se de uma posição social construída pelo pai. José Tomás Nabuco, embora senador do Império e filho de senador, não possuía grande fortuna de origem. Sua ascensão patrimonial ocorreu por meio de um casamento extremamente vantajoso, aspecto ausente na biografia escrita pelo próprio filho. Esse dado aparece, por exemplo, em estudos de autores estrangeiros, que muitas vezes dizem com mais liberdade aquilo que, dito por nós, soa incômodo. José Tomás casou-se com uma sobrinha do marquês do Recife, o que garantiu à família uma inserção privilegiada nas redes de poder. Nesse contexto, Joaquim Nabuco poderia ter seguido o caminho do escravismo, como o pai, mas tornou-se abolicionista. Isso não diminui sua grandeza, mas ajuda a compreendê-la historicamente.

Como monarquista, Nabuco contribuiu para consolidar uma imagem idealizada da monarquia brasileira, que se enraizou no imaginário coletivo. Segundo essa visão, difundida também por importantes intérpretes do Brasil, a monarquia teria sido uma espécie de democracia coroada, para usar a expressão de João Camilo de Oliveira Torres. Dom Pedro I e Dom Pedro II apareceriam como governantes com mais virtudes do que defeitos, em um regime marcado por amplas liberdades, inclusive de expressão. A narrativa segue com a abdicação de Dom Pedro I, o suposto caos do período regencial e, em seguida, o retorno da ordem com o Segundo Reinado.

Essa leitura, no entanto, não se sustenta historicamente. A própria

noção de democracia coroada é problemática, pois a Constituição afirmava que a pessoa do imperador era inviolável. A liberdade de imprensa tinha limites claros. Não se podia acusar diretamente o imperador. Quando muito, criticava-se o ministro. Qualquer ataque direto à figura imperial resultava em prisão. Além disso, é recorrente a afirmação de que Dom Pedro II era contrário à escravidão. Trata-se de uma posição meramente retórica. Ser contra em abstrato não implica agir politicamente contra.

No Império, houve apenas uma reforma constitucional, o Ato Adicional. As demais medidas relativas à escravidão foram todas leis ordinárias, como a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, a Lei Eusébio de Queirós e, por fim, a Lei Áurea. Todas poderiam ter sido aprovadas a qualquer momento, bastando maioria simples. O imperador controlava esse processo, influenciava as eleições, nomeava senadores e detinha o controle dos recursos eleitorais. Portanto, se Dom Pedro I ou Dom Pedro II realmente quisessem abolir a escravidão, teriam feito isso.

O Período Regencial surge, portanto, como um contraponto ao Primeiro Reinado. Como já foi destacado, este se caracteriza por um governo profundamente autoritário. Dom Pedro I manteve-se no poder pela força e promoveu um golpe de Estado que marca a história política do país. Em 12 de novembro de 1823, data do fechamento da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, consuma-se o que pode ser considerado o primeiro golpe de Estado da história nacional.

A Assembleia foi fechada por Dom Pedro I com soldados de baioneta calada, um canhão apontado para a porta e um oficial portando uma tocha acesa. Como é recorrente em ações golpistas, o gesto foi justificado como uma medida de proteção aos próprios constituintes, supostamente ameaçados pelo povo.

Inicia-se, portanto, com um golpe de Estado e a imposição de uma Constituição profundamente autoritária. A repressão é imediata e violenta, culminando no esmagamento da Confederação do Equador, que deve ser compreendida como uma reação direta a esse golpe.

No Maranhão, que não se submeteu, Dom Pedro I envia uma esquadra para bombardear São Luís, sob o comando de Lord Thomas Alexander Cochrane. Como recompensa pela ação, concede-lhe o título de marquês do Maranhão. Assim, um oficial estrangeiro recebe um título de nobreza por bombardear uma cidade brasileira.

Esse é o perfil de Dom Pedro I. Na Constituição, não foi incluída qualquer cláusula que o impedisse de ocupar simultaneamente o trono de Portugal. Em 1826, com a morte de seu pai, ele renuncia ao trono português em favor da filha, Maria da Glória. Em Portugal, contudo, seu irmão promove um golpe de Estado, afasta a jovem do poder e tenta impor um casamento com o próprio tio, prática recorrente entre as famílias imperiais europeias.

A longevidade dessas monarquias se explica pela existência de uma base de classe sólida, formada pelos grandes proprietários rurais. Por laços familiares, barões e duques podiam ascender ao trono, garantindo a continuidade do poder. No Brasil, essa estrutura não existia, pois a nobreza era apenas titular, sem enraizamento social equivalente. Na Europa, eram frequentes os casamentos entre parentes próximos, como tios e sobrinhas ou primos de primeiro grau.

Dom Pedro I renunciou ao trono brasileiro e partiu para a guerra em Portugal. É comum reconhecer-lhe certa coragem pessoal, e de fato ele acabaria por se tornar rei em território português. No entanto, sua ab-

dicação no Brasil ocorreu de maneira politicamente irresponsável. No último ano de governo, Dom Pedro dissolveu a Câmara dos Deputados por três vezes consecutivas, em razão de não conseguir formar maioria, apesar de dispor de recursos financeiros e influência.

A renúncia ocorreu em abril. Pela Constituição, a Câmara dos Deputados reunia-se apenas por quatro meses ao ano, a partir de maio. Criou-se, assim, um evidente vácuo de poder. É nesse contexto que surge a chamada Regência Trina Provisória, uma solução institucional improvisada diante da ausência de um chefe de Estado. Dom Pedro I parte do país e, naquele momento, não há ninguém investido plenamente no exercício do poder central.

Os biógrafos relatam inclusive uma anedota reveladora do grau de improvisação daquele episódio. Os apoiadores do imperador o acompanharam até o porto para a despedida, quando alguém teria perguntado: "E o menino?". Dom Pedro II, então com apenas quatro anos de idade, havia sido deixado para trás, na Quinta da Boa Vista, brincando com escravizados da Casa Imperial. O herdeiro do trono fora, simbolicamente, esquecido.

Forma-se, então, uma Regência Trina Provisória, composta inicialmente por senadores, até que a Câmara dos Deputados pudesse reunir-se e eleger uma Regência Trina Permanente, desta vez escolhida entre seus próprios membros. Essa regência é particularmente reveladora das tensões do período. Incluía um militar, Lima e Silva, cuja presença atendia à necessidade de garantir a ordem interna por meio da força armada, em um contexto de instabilidade política e social. Integrava também a Regência José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre, político de origem baiana, com trajetória destacada no

constitucionalismo luso-brasileiro. Foi deputado às Cortes em Portugal e participou da Constituinte de 1823, posicionando-se favoravelmente ao golpe de força promovido por Dom Pedro I naquele contexto. Posteriormente, transferiu-se para São Paulo, onde consolidou posição social e política ao casar-se com a viúva do Barão de Itu, um dos homens mais ricos da província. Já economicamente fortalecido, viria a presidir o Conselho de Ministros entre 1849 e 1850.

O terceiro regente foi João Bráulio Muniz, personagem de grande projeção política à época, embora hoje relativamente obscurecido na historiografia e na memória pública. Muniz havia sido deputado pelo Maranhão nas Cortes portuguesas, participou da Assembleia Constituinte de 1823 e integrou, posteriormente, a legislatura do período regencial, desempenhando papel relevante nos debates sobre a organização do Estado imperial.

Esse conjunto de trajetórias é fundamental para compreender a questão da unidade territorial do Brasil no início do Império. Tal unidade não foi fruto de consenso, mas imposta por meio da força durante o Primeiro Reinado. Dom Pedro I recorre sistematicamente à repressão militar: houve o bombardeio de São Luís, a violenta repressão à Confederação do Equador em Pernambuco e no Ceará, e a manutenção da Bahia sob ocupação militar. Tratava-se, em essência, de um regime autoritário. É nesse sentido que se explica a inviabilidade política de Dom Pedro I: sua queda era apenas uma questão de tempo, e caberia ao país buscar, a partir daí, formas alternativas de reorganização do poder.

Diante da crise do Primeiro Reinado, buscou-se, no período regencial, uma forma colegiada de exercício do poder. Tornava-se indispensável incluir representantes das províncias do Norte, uma vez que, nas condições

da navegação à vela, era muitas vezes mais fácil partir de São Luís ou de Belém em direção a Portugal do que alcançar o Rio de Janeiro. Essa realidade ajuda a explicar a lógica histórica do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, separado administrativamente do Estado do Brasil durante o período colonial.

Iniciam-se, assim, complexas negociações políticas. O primeiro ministro da Justiça do período regencial foi Diogo Antônio Feijó, sacerdote que mantinha filhos — uma situação relativamente comum à época — e que defendia a constituição de uma Igreja nacional, nos moldes da Igreja Anglicana, com a possibilidade de casamento para o clero. No exercício do ministério, Feijó promoveu a proibição do tráfico atlântico de escravizados, configurando a primeira tentativa efetiva de enfrentamento institucional da escravidão no Brasil.

Feijó nomeou ainda Montezuma, um homem pardo, para integrar o ministério, o que representou um gesto politicamente significativo no contexto social e racial do Império. A legislação antitráfico produziu efeitos sobretudo nos portos oficialmente fiscalizados, mas esbarrou na dificuldade de controle das extensas faixas litorâneas. Como resposta, grandes senhores de engenho articularam-se com traficantes de escravizados, deslocando os desembarques para praias mais afastadas e de menor vigilância.

Esses desembarques clandestinos passaram a ocorrer em diversas localidades do litoral pernambucano, como Barra de Catuama, Itamaracá, litoral de Goiana, Suape, Cabo de Santo Agostinho, além de áreas vinculadas a engenhos como Mercedes e Salgado, evidenciando os limites práticos da ação do Estado imperial diante dos interesses econômicos escravistas.

O viajante francês Louis-François de Tollenare registrou o orgulho demonstrado por determinados senhores de engenho ao receber navios negreiros diretamente em suas propriedades. Exemplos como o de Porto de Galinhas, frequentemente associados de forma equivocada a práticas de disfarce do tráfico, já aparecem em registros muito anteriores, como os de Gabriel Soares de Sousa, em 1587, sem qualquer relação com navios negreiros camuflados como carregamentos de galinhas. O mesmo ocorre com a Praia dos Carneiros, cujo nome está ligado ao Engenho Carneiros, utilizado como ponto de desembarque de africanos escravizados.

No Cabo de Santo Agostinho, destaca-se ainda o conhecido Engenho Massangana, cujo nome acabou sendo grafado incorretamente em função de um erro tipográfico quando Joaquim Nabuco publicou Um Estadista do Império, na França, erro que se perpetuou em parte da bibliografia posterior.

É no período regencial que se consolida a primeira tentativa efetiva de supressão do tráfico atlântico de escravizados. Pouco depois, instituí-se a Assembleia Legislativa Provincial, ampliando, ainda que de forma limitada, os espaços de representação política. Longe de produzir estabilidade imediata, esse processo fez emergir conflitos latentes. O país assistiu a uma sucessão de rebeliões não como expressão de simples desordem, mas como resultado do reaparecimento de problemas sociais e políticos que haviam sido silenciados no contexto da Independência. Uma vasta população livre e pobre passou a reivindicar direitos, reconhecimento e participação.

Nesse cenário, eclodiram movimentos populares em diversas províncias: a Cabanada, em Pernambuco; a Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; e a Sabinada, na Bahia. Apesar de suas especificidades regionais, esses levantes compartilhavam

demandas semelhantes, centradas no acesso à terra, na ampliação de direitos e na inclusão política e social.

A Cabanada pernambucana, em particular, envolveu populações das matas da Zona da Mata Sul, reunindo posseiros, escravizados fugidos e grupos indígenas. A documentação da época menciona inclusive a presença de "índios de fala travada", expressão utilizada para designar povos não aldeados, considerados arredios pelas autoridades coloniais e imperiais, que buscavam sobretudo manter distância das estruturas de dominação do mundo colonial.

O período regencial caracterizou-se por uma tentativa de rearranjo institucional do Estado imperial. Nesse contexto, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, instâncias que, apesar de suas limitações, refletiam de forma significativa a composição social e política do Império. Em Pernambuco, destacaram-se dois deputados provinciais, entre eles Francisco Antônio de Oliveira, um dos maiores traficantes de escravizados da história da província, diretamente envolvido na execução de obras públicas durante a administração do Barão da Boa Vista, em parceria com Francisco Carneiro, possivelmente o mais influente traficante do período.

Os integrantes do movimento Praieiro denunciaram de forma recorrente a corrupção associada a essas obras públicas, uma vez que seus empreiteiros eram grandes traficantes de escravizados, em um contexto no qual o tráfico atlântico já se encontrava formalmente proibido pela legislação promulgada durante a regência de Diogo Antônio Feijó.

Feijó foi eleito regente em um processo eleitoral direto de funcionamento peculiar. O sistema previa que os votantes escolhessem eleitores, aos quais cabiam dois votos: um necessariamente destinado a um can-

didato da própria província e outro a um candidato de fora dela. Esse mecanismo acabou por fragmentar o campo conservador, que se dividiu entre candidaturas como as de Araújo Lima, Holanda Cavalcante e Costa Carvalho. Somadas, essas candidaturas ultrapassaram a maioria absoluta dos votos.

Feijó obteve pouco mais de 30% da votação total e, na ausência de um segundo turno, assumiu a Regência com apoio minoritário em uma Câmara profundamente conservadora. Essa contradição política intensificou-se ao longo do tempo, levando ao enfraquecimento de sua base de sustentação e, por fim, à sua renúncia.

Por fim, destaco que os impasses estruturais do período regencial e os limites das soluções institucionais adotadas naquele contexto abriram espaço para a emergência das Assembleias Legislativas Provinciais, em especial a de Pernambuco, tema central deste seminário.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

A CASA DO POVO E SUAS VOZES: PETIÇÕES, CIDADANIA E HISTÓRIA LEGISLATIVA

Prof. Dr. Dirceu Marroquim[8]

Inicialmente, gostaria de registrar que minha fala dialoga diretamente com as exposições realizadas ao longo deste seminário, especialmente com as contribuições apresentadas anteriormente. Partindo dessas reflexões, destaco, de modo particular, o papel das petições, que servirão como ponto de partida para a análise que pretendo desenvolver.

Quando observamos, por exemplo, a marca Alepe 190 anos (a Casa do Povo), percebemos que essa casa possui, historicamente, uma porta de entrada para a população pernambucana. Essa porta de entrada foram as petições. As petições narram experiências políticas e sociais de um espectro social muito amplo e revelam aspectos fundamentais da realidade vivida por essas pessoas. Muitas vezes, a partir delas, é possível contar histórias que passam ao

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

largo do próprio Legislativo, construindo narrativas sociais extremamente consistentes.

Em geral, não se costuma contar a história do Legislativo a partir das petições. Elas são mais frequentemente utilizadas para estudar outros temas, como as formas de acesso à cidade, os problemas de infraestrutura urbana e diferentes experiências do cotidiano. No entanto, fala-se pouco sobre o potencial dessa fonte para compreender também as demandas dirigidas ao Legislativo, os processos de construção de maiorias, de consensos e, de modo mais amplo, a própria lógica da argumentação política.

Para traçar um panorama, é importante mencionar alguns números. Graças ao trabalho de uma equipe competente de estagiários e profissionais que atuam diariamente nesta Casa Legislativa, realizando atividades como a leitura paleográfica e a organização documental, já dispomos de dados bastante expressivos. Entre 1835 e 1913, foram catalogadas 6.443 petições. Considerando que se trata de documentos com extensões e formatos muito variados, esse conjunto constitui, em termos quantitativos, o maior acervo contínuo de petições catalogadas no Brasil.

Esse pioneirismo traz consigo uma responsabilidade pública significativa: o respeito à história de Pernambuco e à história do Brasil. Trata-se de um acervo disponibilizado ao público, que inclui não apenas as petições, mas também regimentos, atas e outros documentos legislativos. Essa documentação aberta à consulta permite informar, interpretar e compreender diferentes formas de leitura da história de Pernambuco.

Dito isso, não é novidade que as petições relacionadas à educação são, numericamente, majoritárias. Em todo o período analisado, entre 1835 e 1913, os pedidos ligados à educação

se destacam como os mais frequentes, somando quase mil petições. Em seguida, aparecem as petições de caráter administrativo, aquelas relacionadas a tributos, à religião e às obras públicas.

No caso da religião, é importante lembrar que, durante boa parte do século XIX e ao longo de todo o Império, a Igreja esteve sob responsabilidade do Estado. Há, por exemplo, uma petição de 1836, encaminhada por um pároco do Recife, solicitando a equiparação de seu salário ao dos párocos da província do Rio de Janeiro, uma vez que a remuneração local correspondia a cerca da metade do valor pago naquela província.

Observa-se ainda que, em determinados momentos, há variações significativas na concentração dos temas. Um exemplo disso ocorre entre 1911 e 1912, quando se identifica um pico expressivo de petições de cunho administrativo e tributário. As razões para essa concentração ainda demandam investigação, podendo estar relacionadas, por exemplo, às campanhas salvacionistas ou a questões ligadas à preservação e ao volume de documentação efetivamente guardada ao longo do tempo.

De todo modo, esse conjunto de petições permite compreender, de forma pública e concreta, as diferentes maneiras pelas quais os cidadãos acessaram tanto a cidade quanto a justiça, revelando dimensões centrais da experiência histórica pernambucana.

Há algumas questões fundamentais sobre as petições que precisam ser destacadas para compreender o período que antecede o início da República. Em primeiro lugar, elas representam a materialidade de um processo que nem sempre corresponde, de forma direta, à voz literal de quem as apresenta. O que isso significa? Ao analisar muitas petições,

especialmente aquelas relacionadas à isenção do imposto da décima urbana e às demandas de acesso à cidade, observa-se, com frequência, uma discrepância entre a grafia do texto e a assinatura final do requerente.

Em diversos casos, a letra do corpo da petição é clara e regular, enquanto a assinatura indica baixo nível de letramento ou dificuldade de escrita. A recorrência desse padrão sugere que muitos peticionários não tinham pleno acesso ao letramento, mas conseguiam, ainda assim, pleitear seus direitos por meio da mediação de terceiros. Em alguns registros, há indícios de que a própria petição era redigida na casa do solicitante por um secretário ou escrivão, cabendo ao requerente apenas a assinatura.

Esse procedimento envolvia, evidentemente, custos formais, como o uso de selo e o pagamento de tributos, o que reforça a ideia de que o acesso à petição não era apenas um ato administrativo, mas um processo social complexo, mediado por relações, recursos e estratégias de inserção no espaço público.

O que se pretende destacar, ao tratar da transição do Império para a República, é que esse processo não pode ser compreendido apenas como uma ruptura. Ao longo do extenso período imperial e nos primeiros anos da República, observa-se a presença de numerosas continuidades. A análise das petições dos anos de 1891 e 1892, assim como das décadas seguintes, revela repertórios de demandas e formas de solicitação muito semelhantes às do período anterior. Isso indica a permanência de uma cultura institucional de acesso a direitos, que atravessa diferentes regimes políticos.

Essa lógica de continuidade pode ser observada também em momentos posteriores, como na Revolução de 1930. Embora as assembleias legislativas estaduais, incluindo a Alepe, te-

nham sido suspensas por um período, os atos então produzidos revelam, sobretudo, esforços de regulamentação e de levantamento sistemático da legislação existente. Em muitos casos, as leis foram mais regulamentadas do que efetivamente desfeitas, o que reforça a ideia de permanência de práticas institucionais anteriores, ao menos até as mudanças mais profundas que ocorreriam no final da década de 1930.

Nesse sentido, a análise das petições em Pernambuco, no contexto da transição do Império para a República, constitui um instrumento privilegiado para compreender a continuidade dos problemas urbanos e sociais, apesar das transformações institucionais. Mesmo diante do desafio representado pela passagem de um Império já fragilizado para uma República igualmente instável, marcada por uma nova pactuação federativa instituída pela Constituição de 1891, as petições evidenciam a persistência de formas de mediação, negociação e reivindicação no espaço público.

As petições também apresentam formatos muito variados em termos de extensão. Há documentos bastante longos, sobretudo aqueles relacionados a questões da justiça estadual, que chegam a ter, em média, cerca de seis páginas por petição. Já as petições vinculadas à saúde pública, como mencionado anteriormente, apresentam extensão menor, com uma média aproximada de 2,9 páginas. Essa diversidade formal ajuda a compreender a complexidade dos temas tratados e dos percursos administrativos envolvidos.

Nesse contexto, vale destacar um caso exemplar, que ajuda a iluminar aquilo que nem sempre é visível quando se analisa apenas a petição final. Trata-se do frade franciscano alemão Frei Casimiro Brotrap, que viveu no Convento de Santo Antônio, no Recife, e desenvolveu uma obra

social no bairro de Santo Amaro, nas proximidades da Igreja de São Sebastião, na Avenida Norte. Frei Casimiro deixou um relato manuscrito extenso, hoje preservado no arquivo do convento, que constitui uma verdadeira aula sobre o funcionamento da burocracia estatal.

Nesse relato, ele descreve o longo caminho entre a formulação da demanda e sua eventual aceitação pelo poder público. Ao solicitar subvenções para a escola mantida em Santo Amaro, Frei Casimiro redigia petições voltadas à educação, detalhando as necessidades das crianças atendidas. Em outros momentos, encaminhava pedidos relacionados à subsistência do próprio convento, alegando dificuldades materiais enfrentadas pelos frades. Algumas dessas petições foram localizadas no acervo legislativo; outras são apenas mencionadas em seu relato.

O que emerge desse conjunto é a percepção de que a petição, tal como chega ao arquivo, representa apenas uma etapa de um fluxo administrativo muito mais amplo. Frei Casimiro relata, por exemplo, que ao perceber que outras obras sociais haviam recebido subvenção, passou a questionar os motivos de seu pedido não ter sido atendido. Descobriu, então, que o processo permanecia retido na gaveta de um secretário, só voltando a circular após a intervenção de um ex-prefeito do Recife. Mesmo assim, o frade não esclarece se a subvenção foi, de fato, concedida.

Esse caso evidencia que o documento que hoje consultamos é apenas uma parte do processo decisório e administrativo. As petições revelam não apenas demandas formais, mas também os obstáculos, as mediações pessoais e os limites institucionais que estruturavam o acesso aos recursos públicos e aos direitos sociais.

A grande questão evidenciada pelo caso de Frei Casimiro é que o percurso de uma petição estava inserido em uma teia de relações sociais e políticas muito específicas. Estamos falando dos anos 1930, mais precisamente de 1935, um momento em que os laços de compadrio eram particularmente evidentes e próximos dentro da máquina administrativa. O próprio Frei Casimiro relata que, para obter acesso e visibilidade, era necessário se aproximar das autoridades. Em uma dessas estratégias, organizou a ida de um grupo de crianças de sua obra social ao encontro do então governador Carlos de Lima Cavalcanti, numa tentativa de sensibilização direta.

Essas experiências revelam que o acesso a direitos não se dava apenas por meio do protocolo formal, mas envolvia práticas sociais, articulações políticas e estratégias de aproximação pessoal. Quando observamos as petições de trabalhadores que buscavam acesso à justiça, ao direito à cidade ou à aposentadoria, estamos diante de experiências sociais que exigiam, além do requerimento escrito, algum nível de mediação política capaz de fazer o pleito circular e ganhar legitimidade.

Nesse sentido, é importante mencionar o caso do deputado João Ezequiel, parlamentar da década de 1910, que exerceu um mandato e meio na Assembleia. João Ezequiel era um deputado negro, operário e líder do Centro Operário Pernambucano, portador de uma trajetória social singular. Já naquele período, defendia pautas como a jornada de trabalho de oito horas e outras demandas do mundo do trabalho, antecipando debates que ganhariam maior centralidade nas décadas seguintes.

Ao assumir essas demandas como pleitos legítimos, justos e necessários, João Ezequiel ampliava a capacidade de ressonância das petições dentro da Casa Legislativa. Esse movimento evi-

dencia que a força de uma petição não residia apenas em seu conteúdo, mas também na possibilidade de ser apropriada, defendida e amplificada por agentes políticos capazes de transformá-la em pauta institucional.

Essa reflexão sobre o longo caminho da construção da cidadania. Remete, na verdade, às experiências concretas das pessoas. A Alepe é a Assembleia Legislativa de Pernambuco porque existem cidadãos que votam, que lutam e que são representados pelos deputados e deputadas que aqui atuam. A história desta Casa é, portanto, inseparável das trajetórias sociais que a constituem e a atravessam ao longo do tempo.

Nesse sentido, o grande desafio que se coloca é pensar que outras histórias ainda podem ser contadas. Histórias que não se limitem apenas aos grupos sociais mais recorrentes na narrativa histórica, mas que recuperem experiências como a de João Ezequiel e deem voz às petições que ecoam dentro desta Casa. São documentos e trajetórias que revelam dimensões fundamentais da vida social e política pernambucana e que apontam para histórias ainda por serem contadas.

SAGAS PERNAMBUCANAS



O PARLAMENTO EM NOVAS NARRATIVAS: LANÇAMENTO DA 2ª TEMPORADA DO PODCAST SAGAS PERNAMBUCANAS

André Zahar[9]

Quando recebi a missão de coordenar o projeto Sagas Pernambucanas, eu já vivia em Pernambuco havia cerca de doze anos. Não sou pernambucano de nascimento, mas, ao longo desse período, passei a me sentir um filho adotivo desta terra. Foi justamente esse sentimento de pertencimento que me levou a enxergar a história pernambucana como objeto de interesse profissional e como um patrimônio vivo que precisava ser compartilhado com mais pessoas.

> *"A escolha do termo "saga" não foi casual. A palavra remete a narrativas de feitos memoráveis, de jornadas coletivas e de acontecimentos marcados por desafios e conquistas."*

Desde o início, compreendi que um projeto como esse não poderia ser realizado sem o apoio de pesquisadores especializados. Sou jornalista, não historiador. Meu papel, e o da equipe de comunicação envolvida, era transformar o conhecimento produzido pela pesquisa histórica em uma narrativa acessível e atraente para o público. Por isso, buscamos o auxílio de historiadores que pudessem nos orientar ao longo de todo o processo. Na primeira temporada, dedicada à Confederação do Equador, contamos com a colaboração do professor George Cabral. Na segunda temporada, tivemos a participação de diversos pesquisadores, entre eles Denise Mattos Monteiro, Augusto Lira, Danillo Souza, Flávio Cabral e outros colegas que contribuíram decisivamente para a construção dos episódios.

A ideia do podcast surgiu durante as comemorações dos duzentos anos da Confederação do Equador. Como alguém que veio do Rio de Janeiro e passou a viver em Pernambuco, fiquei impressionado ao descobrir uma história de lutas, revoluções e projetos políticos que, apesar de sua relevância, permanecia pouco conhecida fora do estado. Percebi que existia uma memória histórica extraordinária que merecia ser mais amplamente divulgada. Em certa medida, também me chamou atenção aquilo que considerei um processo de esquecimento ou de invisibilização de parte dessa trajetória. Foi nesse contexto que amadureceu a ideia de criar um podcast voltado especificamente para a história pernambucana.

Naquele período, eu acompanhava produções como o Projeto Querino e o 1619 Project, do New York Times, que demonstravam o potencial do formato podcast para abordar temas históricos complexos de maneira envolvente. Ao observar essas experiências, percebi que Pernambuco ainda não possuía uma iniciativa semelhante voltada para sua própria história.

A partir dessa constatação, apresentei a proposta e começamos a desenvolvê-la.

O projeto encontrou acolhimento institucional na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O apoio da Presidência, da Primeira Secretaria e de diversos setores da Casa foi fundamental para que a ideia pudesse se transformar em realidade. A Rádio Alepe assumiu a produção, embora ainda estivéssemos dando nossos primeiros passos na linguagem dos podcasts. Para superar esse desafio, realizamos uma oficina de capacitação com o apoio da Escola do Legislativo, trazendo a pesquisadora Lina Fernandes, especialista nessa área, para nos auxiliar na compreensão das potencialidades do formato. Foi durante esse processo que definimos conceitos, formatos e até mesmo o nome do projeto.

A escolha do termo saga não foi casual. A palavra remete a narrativas de feitos memoráveis, de jornadas coletivas e de acontecimentos marcados por desafios e conquistas. Pareceu-nos uma definição adequada para contar a história de Pernambuco, tendo como protagonista não apenas indivíduos ilustres, mas o próprio povo pernambucano.

A primeira temporada concentrou-se nos acontecimentos relacionados à Confederação do Equador. A narrativa acompanhou aproximadamente quatro anos de história, desde o retorno dos revolucionários presos após a Revolução de 1817 até a execução de Frei Caneca. O episódio de abertura recebeu o título O Maligno Vapor Pernambucano, expressão utilizada na época para designar o espírito rebelde e contestador associado à província. De certa forma, essa ideia tornou-se também o elo que conecta os diferentes episódios e temporadas do projeto: a presença recorrente de movimentos, personagens e acontecimentos ligados às lutas por liberdade, autonomia e participação política.

Para construir essas narrativas, contamos não apenas com a colaboração dos historiadores, mas também com o acervo da própria Assembleia Legislativa. A biblioteca e os fundos documentais da instituição forneceram fontes importantes para a pesquisa e elaboração dos roteiros. A parceria com a Rádio Frei Caneca contribuiu para ampliar a circulação do conteúdo, permitindo que ele alcançasse um público mais amplo.

A segunda temporada surgiu a partir das comemorações dos 190 anos da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O desafio era significativamente maior. Enquanto a primeira série tratava de um intervalo relativamente curto, agora precisávamos percorrer quase dois séculos de história. Isso exigiu escolhas cuidadosas. Em diálogo com os historiadores participantes, definimos episódios que permitissem abordar momentos particularmente significativos da relação entre a Assembleia e a sociedade pernambucana.

O primeiro episódio trata da instalação da Assembleia Provincial e do contexto político marcado pelas consequências da Confederação do Equador e da Guerra dos Cabanos. Outros episódios abordam o movimento abolicionista e o Clube do Cupim, os conflitos políticos da Primeira República, a presença das mulheres na política pernambucana e, finalmente, os impactos da ditadura militar sobre o Poder Legislativo estadual e os processos de redemocratização.

Ao longo dessa trajetória, buscamos sempre trabalhar com a ideia de que a história não é uma marcha linear rumo ao progresso. As conquistas políticas e sociais que hoje parecem consolidadas foram resultado de conflitos, disputas e mobilizações muitas vezes esquecidas. Esse entendimento acabou se tornando um dos principais fios condutores da narrativa.

Do ponto de vista da linguagem, optamos por um formato que aproximasse o ouvinte dos acontecimentos históricos. Utilizamos recursos de storytelling, sonorização e dramatização para reconstruir ambientes e situações. A intenção não era apenas informar, mas criar condições para que o público pudesse imaginar os cenários, os personagens e as tensões de cada período. Ao narrar a execução de Frei Caneca, por exemplo, procuramos transportar o ouvinte para as ruas do Recife oitocentista, descrevendo o cortejo, os sons, as pessoas e os acontecimentos que cercaram aquele episódio.

Essa preocupação dialoga, de certa forma, com iniciativas que buscam aproximar o público dos lugares da memória e dos acontecimentos históricos. Acreditamos que conhecer a história passa também por experimentar suas narrativas, compreender seus personagens e perceber suas permanências no presente.

Outro aspecto importante do projeto foi seu caráter formativo. Diversos estagiários e jovens profissionais participaram da produção, aprofundando seus conhecimentos sobre a história de Pernambuco e sobre as técnicas de produção de podcasts. Em alguns casos, essa experiência acabou se desdobrando em pesquisas acadêmicas e trabalhos de conclusão de curso.

Ao refletir sobre o percurso do Sagas Pernambucanas, percebo que seu principal objetivo sempre foi contribuir para a valorização da memória coletiva. Mais do que narrar acontecimentos do passado, buscamos oferecer ao público referências que permitam compreender melhor o presente. Ao celebrar os 190 anos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, procuramos mostrar que a história da instituição está profundamente ligada à história da própria sociedade pernambucana, de suas lutas, contradições, conquistas e desafios. É essa

história, em última instância, que o podcast procura contar.



Vista da cidade do Recife e parte de Olinda tomada da Ladeira da Misericórdia (séc. XIX), litografia.
Acervo: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPÚBLICA: FUNDAMENTOS DO SAGAS PERNAMBUCANAS

Profa. Dra. Audenice Zacarias[10]

Nesta manhã, tivemos a presença simbólica de duas palavras irmanadas: a história e a memória, evocadas para a concepção do podcast Sagas Pernambucanas. Ambas têm em comum o fato de serem caminhos para o passado, embora apresentem diferenças importantes. A memória, marcada pela subjetividade da experiência, tende a se afirmar como verdade. Quando alguém recorda um acontecimento, geralmente acredita que ele ocorreu exatamente daquela forma. A história, por sua vez, reconhece que só é possível aproximar-se do passado, sem jamais apreendê-lo por completo.

Isso ocorre porque, como afirma o historiador Jacques Le Goff, a história é filha do presente e, a cada época, constrói uma representação do passado. De modo contínuo,

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

as questões do presente orientam os historiadores, que transformam determinados objetos em documentos. Esses objetos, antes dispersos, passam a ser utilizados para preencher lacunas e tornar dizível aquilo que ainda não foi dito. Trata-se de um processo que nunca oculta seus próprios mecanismos, baseados em uma rigorosa seleção entre lembrança e esquecimento, o que não constitui, em si, um problema.

Como nos lembra o filósofo alemão Walter Benjamin, a história é objeto de uma construção cujo lugar não é um tempo vazio e homogêneo, mas um tempo preenchido pelo "agora". É o presente que ilumina e atribui sentido ao passado, em um movimento fundamental para a compreensão de nossa identidade.

No entanto, como tem afirmado a historiadora paulista e imortal Lilian Schwarcz, a história do Brasil, ou ao menos a historiografia tradicional, foi construída a partir de uma perspectiva sudestina, silenciando narrativas de outros grupos sociais, como os do Nordeste. Nesse sentido, como nos recorda o hino de Pernambuco, "a República é filha de Olinda". Ainda assim, quando a República é finalmente proclamada, em 1889, Pernambuco parece ter sido quase retirado da fotografia oficial do país.

Na elaboração de símbolos, celebrações e, sobretudo, nas narrativas dos livros didáticos, o processo de lembrança e esquecimento próprio da história foi conduzido sem evidenciar a importância de Pernambuco. Isso ocorre apesar de a palavra e a ideia de república terem sido vivenciadas em nossa terra antes mesmo de se consolidarem em outras regiões do país.

O confronto entre comerciantes portugueses do Recife, chamados mascates, e os senhores de terra e engenhos, moradores de Olinda, resultou no episódio em que o capitão-

-mor Bernardo Vieira de Melo emite o primeiro grito de República no dia 10 de novembro de 1710.

A historiadora mineira Heloisa Starling caracteriza esse movimento como a primeira conjuração em terras brasileiras a evocar a ideia de república. No entanto, ao analisarmos os livros didáticos da educação básica brasileira até os dias atuais, verifica-se que não há referência a esse movimento como uma conjuração de caráter republicano.

O alto custo do conflito também não é lembrado. Derrotado por lesa-majestade, Bernardo Vieira de Melo foi preso e faleceu em 1714.

No século XIX, Pernambuco vivencia a Revolução de 1817, movimento de caráter liberal e republicano que repercutiu em outras capitanias do Nordeste, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Foi a única revolta anticolonial que conseguiu, de fato, tomar o poder na monarquia portuguesa, estabelecendo uma república que durou 74 dias. O preço, contudo, foi elevado: por ordem de Dom João VI, a capitania de Alagoas foi retirada de Pernambuco, que também perdeu o controle da capitania do Rio Grande do Norte.

Após a independência do Brasil, ocorre em Pernambuco a Confederação do Equador, em 1824, com liderança de Frei Caneca. Esse movimento evidencia a continuidade da ideia de república no território, agora combinada à luta contra o autoritarismo de Dom Pedro I. Como consequência, Pernambuco sofre novamente altos custos territoriais, com o desmembramento da comarca do Rio São Francisco, que se estendia de Minas Gerais até a Bahia.

A ideia de "Res Pública" remonta à Antiguidade, com sua origem na Grécia e Roma, sendo chamada de "politeia" por Platão e de "Res Publica" por Cícero. Guardadas as diferen-

ças entre o conceito original e a ideia de república desenvolvida em Pernambuco, há um ponto em comum: a aversão ao autoritarismo e às ditaduras, que orientou as lutas de Frei Caneca e de outros líderes locais.

Finalmente, em 15 de novembro de 1889, ocorre a Proclamação da República. Segundo o sociólogo Gilberto Freyre, nas ruas do Recife, o grande abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha confraternizou-se com o povo de forma simples e pitoresca, comendo sarapatel e bebendo vinho ordinário nos quiosques. Ao seu lado estava seu amigo e alter ego, Dr. José Maria de Albuquerque Melo, jornalista e advogado, que foi eleito para a Assembleia Constituinte de Pernambuco em 1890.

Contribuindo como primeiro secretário na elaboração da Carta Magna, Dr. José Maria de Albuquerque Melo foi responsável por edificar as normativas do recém-criado estado de Pernambuco. Seu prestígio entre os pares era tão grande que, em 1891, foi eleito o primeiro presidente da Alepe. Ainda naquele ano, assumiu o governo de Pernambuco por alguns dias, em meio a sucessivas administrações de curta duração impostas pelo Rio de Janeiro. Por um período mais prolongado, liderou movimentos contra a ditadura de Floriano Peixoto, participando da chamada "Contrarrevolução Pernambucana".

Em 1894, beneficiado por uma anistia proposta pelo governador Barbosa Lima, Dr. José Maria saiu da clandestinidade e participou dos preparativos para a eleição municipal do Recife. No entanto, ao adentrar à 16ª sessão eleitoral, foi alvejado por tiros após um desentendimento com o policiamento local, vindo a falecer de forma imediata. O crime causou grande revolta em todo o país, sobretudo pelo fato de que nenhum dos assassinos foi processado ou punido. Para Pernambuco, a tragédia também

significou a substituição do período autoritário de Barbosa Lima pelo controle da oligarquia de Francisco Rosa e Silva, homem de autoridade imposta à distância, residente entre o Rio de Janeiro e Paris, que punia severamente qualquer oposição.

Exemplos desse autoritarismo incluem Delmiro Gouveia, cujo empreendimento Derby Center foi incendiado por ordem de Rosa e Silva, e ele próprio preso sob acusação falsa de ter provocado o incêndio. Apesar de tudo, em 1904, Rosa e Silva consolidava-se como figura de destaque na política nacional, liderando no Congresso um projeto descrito como "reforma das reformas", destinado a "salvar a República". Aprovada como Lei Eleitoral 1.269, a chamada Lei Rosa e Silva foi apontada pelo cientista político Jairo Nicolau como "o primeiro episódio de reforma do voto na era republicana". No entanto, não alterou a completa politização do processo eleitoral, marcado por violência, coação e práticas clientelistas.

Em outubro de 1911, o Partido Republicano Conservador de Pernambuco apresentou o general Emílio Dantas Barreto como candidato a governador, apoiado por jovens intelectuais, como Mário Melo e o jornalista Trajano Chacon. Dantas Barreto era praticamente desconhecido em Pernambuco, mas a campanha ganhou adesão popular intensa. As eleições foram marcadas por confrontos violentos entre apoiadores do candidato e forças policiais locais, configurando um cenário de verdadeira guerra civil, inclusive com a participação de cangaceiros contratados por ambos os lados.

A desordem provocou a intervenção do governo federal e da ALEPE, que teve de declarar, em 16 de dezembro de 1911, Dantas Barreto vencedor, mesmo com o clima de caos e violência no Recife. Entretanto, a gestão do novo governador pouco diferiu das práticas anteriores, gerando insatisfação entre apoiadores e adversários. O jornalista Trajano Chacon,

que havia contribuído decisivamente para a eleição de Dantas Barreto, foi alvo de um grupo de repressão formado por policiais e soldados do exército. Em 11 de agosto de 1913, ao retornar do Teatro Elvética, foi brutalmente atacado e morreu em decorrência das agressões. Nenhum dos responsáveis foi punido.

O impacto desses eventos levou o presidente Hermes da Fonseca a propor modificações no sistema eleitoral. Em 1916, a Lei 3.139 atribuiu ao Poder Judiciário a responsabilidade pelo alistamento eleitoral, precursor da Justiça Eleitoral, instituída em 1932.

A participação popular, inclusive das mulheres, foi fundamental em diversos momentos. Na eleição de 1911, senhoras e senhoritas pernambucanas defenderam seus lares e bairros contra os ataques dos cangaceiros, mostrando que a consolidação da República dependia do engajamento ativo da sociedade civil. Como registrou o jornal carioca O Malho: "Este sim contra a oligarquia, uma prova de que quem vai tornar a República filha de Olinda uma realidade é o povo de Pernambuco".

Essas sagas pernambucanas evidenciam o alto preço pago pelo estado na consolidação da República: perdas territoriais, sangue, lágrimas e decepções, sempre acompanhadas da renovação da esperança republicana. Ainda hoje, a República em Pernambuco permanece em construção, dependendo da ação consciente dos cidadãos para se concretizar plenamente como uma realidade de justiça, liberdade, igualdade e oportunidade social.

ALEPE 190 ANOS
A Casa do Povo Pernambucano

SOBRE OS PARTICIPANTES

[1] JOSÉ AIRTON PAES

Airton Paes é bacharel em Direito e possui ampla experiência na administração pública. Atuou no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), participando da modernização de sistemas de gestão administrativa. Atualmente é Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), onde coordena ações de preservação, modernização e difusão do acervo institucional, além de iniciativas de gestão documental e valorização do patrimônio histórico e da memória do Poder Legislativo pernambucano.

[2] AUGUSTO LIRA

Consultor em políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural, professor e historiador, Augusto Lira possui mestrado em Cultura e Memória do Norte e Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pesquisa focada nas práticas políticas associativas e institucionais. Atualmente, é Gerente de Arquivo da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo da Alepe, onde desenvolve iniciativas de conservação, gestão documental, pesquisa e divulgação da memória institucional do parlamento.

[3] LÍDIA RAFAELA

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos é historiadora, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pesquisa voltada às relações entre festas, política e sentimentos patrióticos no Recife oitocentista. Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), atua nos cursos de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação em História da instituição. É presidenta da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO), coordenadora do Coité – Núcleo Unicap de Estudos Oitocentistas e integrante do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos. Suas pesquisas concentram-se nos campos da história do Brasil Imperial, sociabilidades, festas e divertimentos, formação do Estado nacional, escravidão, patrimônio e ensino de História.

[4] PROFA. DRA. SUZANA CAVANI

Suzana Cavanni Rosas é doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde atua como Professora Associada do Departamento de História desde 1996. Desenvolve pesquisas em História Social e Política do Brasil Império e da Primeira República, com ênfase em relações de poder, cidadania, elites políticas, eleições e partidos.

[5] PROF. DR. GEORGE CABRAL

George Cabral de Souza é Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em História pela Universidade de Salamanca (Espanha), é licenciado e mestre em História pela UFPE. Atua como pesquisador do CNPq e desenvolve estudos na área de História Colonial, com ênfase em poderes locais, culturas políticas, elites e comércio na América colonial. É presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e membro da Academia Pernambucana de Letras. Fundador do Laboratório de Estudos do Mundo Atlântico (LEMAtl), também exerceu funções de coordenação na graduação e pós-graduação em História da UFPE. Realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). Autor e organizador de diversas obras, destaca-se por suas contribuições ao estudo das elites e das dinâmicas de poder no Brasil colonial.

[6] PROF. DR. MARCELO CASSEB

Marcelo Casseb é Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco (UPE) e professor do Mestrado em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), realizou estágio doutoral na Università degli Studi di Firenze. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Grupo de Pesquisa Teoria e História Constitucional Brasileira (UPE/Lattes), exerce, desde 2005, o cargo de Procurador do Estado de Pernambuco, além de atuar como advogado.

[7] PROF. DR. MARCOS CARVALHO

Marcus Carvalhos é Professor Titular de História do Brasil na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde atua desde 1989, Marcus Carvalho é Doutor em História pela University of Illinois at Urbana-Champaign (1989), com estágios pós-doutorais na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e na Johns Hopkins University (EUA). Possui também mestrado em História pela UFPE e graduação em Direito pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil Império, escravidão, tráfico de escravizados e insurreições no Nordeste, com destaque para o estudo sobre o líder quilombola Malunguinho, tema de sua tese de doutorado. Foi membro dos comitês de área de História do CNPq e da CAPES, e coordenou diversos projetos de pesquisa financiados pelo CNPq. Participa de redes internacionais de pesquisa e já foi homenageado pelo movimento negro pernambucano por sua contribuição à história pública. Atua ainda como docente de disciplinas como História da África, História das Américas e Escravidão Comparada.

[8] PROF. DR. DIRCEU MARROQUIM

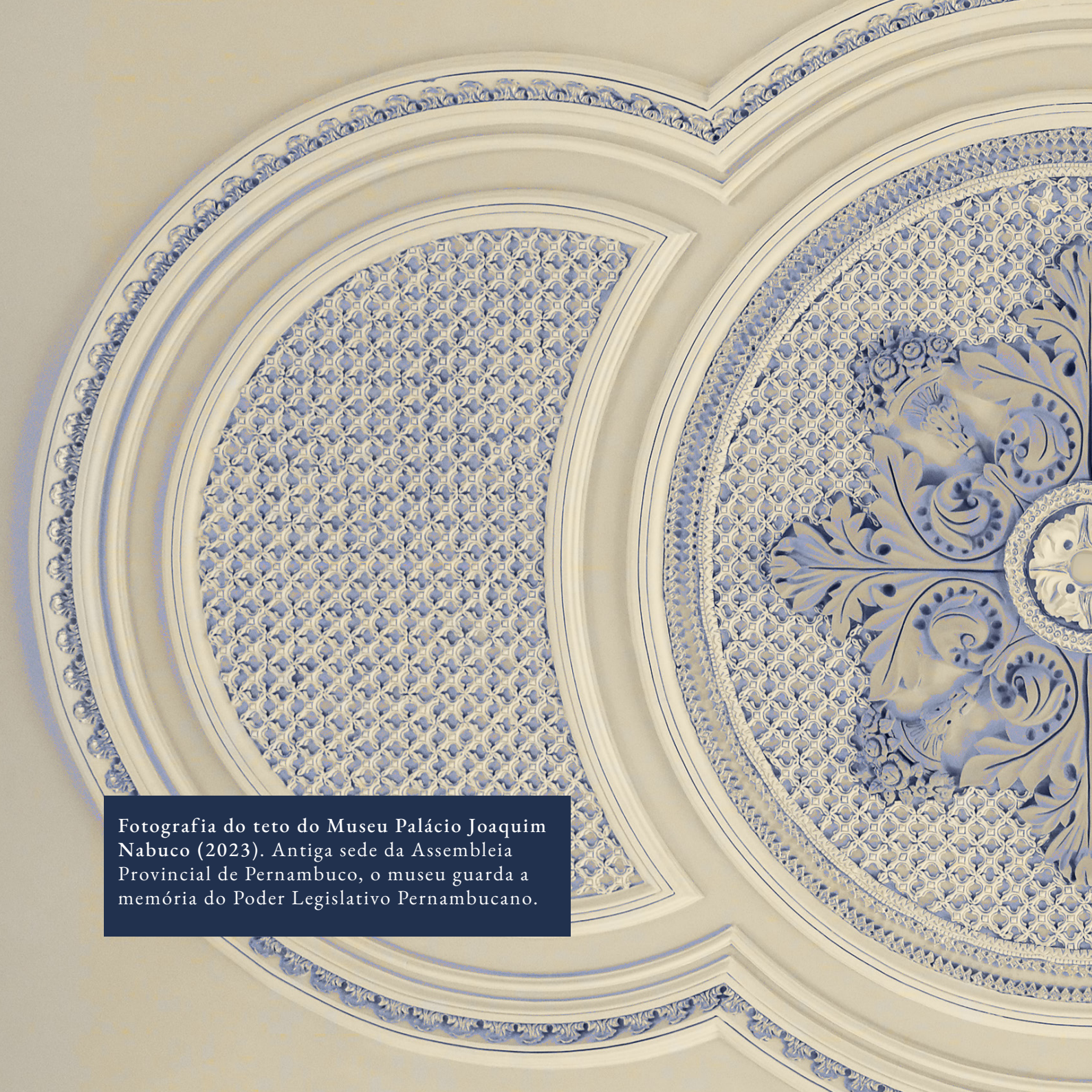
Dirceu Marroquim é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio doutoral na Universidade de Yale, por meio do Programa CAPES/Print, junto à Yale Divinity School, com pesquisas na área de História das Religiões e das práticas religiosas. Atualmente exerce o cargo de Secretário Executivo de Gestão da Secretaria de Cultura do Recife.

[9] ANDRÉ ZAHAR

André Zahar é jornalista, escritor e gestor de comunicação pública. Servidor efetivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) desde 2015, exerce a função de gerente de Imprensa e Site da Superintendência de Comunicação e coordena o podcast Sagas Pernambucanas, premiado com o terceiro lugar na categoria Cultura e Literatura do Prêmio Melhores Podcasts do Brasil (2025). Formado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), atuou em veículos como Folha de S.Paulo, O Globo e O Dia, além da assessoria de imprensa do Ministério Público do Rio de Janeiro. Também desenvolve trabalhos nas áreas de literatura, teatro, música e fotografia. Sua atuação no Sagas Pernambucanas busca transformar o patrimônio documental e histórico da Alepe em narrativas acessíveis ao grande público, contribuindo para a valorização da memória coletiva e o fortalecimento da cidadania.

[10] PROFA. DRA. AUDENICE ZACARIAS

Audenice Zacarias possui graduação doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é Professora da Secretaria de Educação do Estado. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e foi uma das colaboradoras do Podcast Sagas Pernambucanas.



Fotografia do teto do Museu Palácio Joaquim Nabuco (2023). Antiga sede da Assembleia Provincial de Pernambuco, o museu guarda a memória do Poder Legislativo Pernambucano.



ALEPE

190 ANOS

A Casa do Povo Pernambucano

SUPERINTENDÊNCIA DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

www.alepe.pe.gov.br